



IMPAR
seguros



**CONSTRUÍMOS
RELAÇÕES
DE CONFIANÇA**

Relatório e Contas 2017

[Para ir mais longe](#)



RELATÓRIO E CONTAS

2017

IMPAR – COMPANHIA CABOVERDIANA DE SEGUROS

Sede Social

Praça Amílcar Cabral

C.P. nº 344 – Mindelo – Cabo Verde

Tel: +238 230 40 10 Fax: +238 232 66 43

Sede Administrativa

Avenida Amílcar Cabral

C.P. nº 469 – Praia – Cabo Verde

Tel: +238 260 31 20 Fax: +238 261 37 65

Índice

| | |
|--|----|
| Órgãos Sociais | 4 |
| Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2017 | 5 |
| I – Introdução | 5 |
| II – Enquadramento Geral..... | 6 |
| 2.1 – Ambiente Económico Internacional..... | 6 |
| 2.2 - Economia Caboverdiana | 6 |
| 2.3 – Mercado Segurador..... | 7 |
| III – Actividade Seguradora da ÍMPAR | 8 |
| IV – Exploração Industrial..... | 8 |
| 4.1 – Ramo Vida | 8 |
| 4.2 – Ramo Não Vida..... | 8 |
| 4.3 – Resseguro Cedido..... | 10 |
| V – Gestão de Meios..... | 10 |
| 5.1 – Recursos Humanos..... | 10 |
| 5.2 – Recursos Tecnológicos | 12 |
| VI – Análise Económica e Financeira..... | 12 |
| 6.1. Análise das cobranças | 14 |
| 6.2. Investimentos..... | 14 |
| VII – Nota Final..... | 15 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 17 |
| ANEXO ÀS CONTAS | 23 |
| PARECER DO ATUÁRIO..... | 76 |
| RELATÓRIO DE AUDITORIA..... | 78 |
| RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO..... | 84 |



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Augusto Vasconcelos Lopes – *Presidente*

Alfredo Barbosa Fernandes – *Vice-presidente*

Francisco Figueiredo Silva – *Primeiro Secretário*

José Paulino Modesto – *Segundo Secretário*

Conselho de Administração

José António Arez Romão – *Presidente*

Luís Vasconcelos Lopes – *Administrador Delegado*

Joaquim Alberto Coimbra – *Administrador*

Paulo Jorge de Oliveira Lima – *Administrador*

Sandra Patrícia Almiro Coimbra – *Administradora*

Fiscal Único

BDO – Representada por António Pina Fonseca

Substituído por António Pedro Gomes Silva em Novembro de 2017

Comissão de Remunerações e Previdência

Carlos Manuel de Andrade Miranda – *Presidente*

Sophie Marcellesi – Hotel Morabeza – *Vogal*

João Manuel Lopes da Silva – *Vogal*



Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2017

Senhores Accionistas,

De acordo com o estabelecido na Legislação e nos Estatutos da Companhia, o Conselho de Administração da ÍMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL, submete à superior apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao 26º exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

I – Introdução

O 25º aniversário da Companhia marca o início de uma nova era, coincidindo a mesma com a aquisição da maioria do capital do BCN – Banco Caboverdiano de Negócios com a génese da criação de um Grupo financeiro de matriz Cabo-verdiana com o epicentro na ÍMPAR e no núcleo duro dos seus Accionistas.

O processo de investimento no BCN implicou o desinvestimento na CECV – Caixa Económica de Cabo Verde, resultando em significativas mais valias, com fortes reflexos nos nossos Capitais próprios que se valorizaram em cerca de meio milhão de contos, passando a valer mais de 1,5 milhões de contos.

As Galas englobadas nas celebrações do 25º Aniversário da IMPAR, realizadas no Mindelo e na Praia, presididas por Suas Excelências o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Presidente da República, traduziram-se num momento de grande afirmação do projecto ÍMPAR enquanto Grupo Privado Nacional de referência na implementação da nova estratégia escolhida para afirmação económica do País.

A performance da IMPAR ao longo do ano de 2017 acompanhou em alta a inversão da performance da Economia Cabo-verdiana, com o PIB a crescer 4%, não obstante o impacto que as alterações nas linhas exploradas pelos TACV provocaram na nossa carteira, tendo a IMPAR e o mercado segurador cabo-verdiano obtido um crescimento 3 pontos percentuais acima do crescimento do País.

Em consequência desse crescimento simétrico ao mercado, a quota de mercado da ÍMPAR manteve-se nos 42% dos negócios da Industria Seguradora Nacional.

O ano de 2017 foi ainda marcado por uma sinistralidade de ponta no Ramo Marítimo Casco, realçando-se a perda total de um Ferry Boat e a reclamação judicial de um grande processo declinado pelos Resseguradores.

Em corolário do acima descrito, o Balanço da Companhia registou um crescimento de 35% dos resultados líquidos, os quais ficaram próximos dos duzentos milhões de escudos.

No âmbito da sua responsabilidade social, a ÍMPAR reforçou a cedência de espaço para o projecto da Escola Portuguesa do Mindelo, renovando igualmente os protocolos com o Comité Paraolímpico Caboverdiano, ALAIM e principais Municípios do País.

II – Enquadramento Geral

2.1 – Ambiente Económico Internacional

A OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico apontou um crescimento da economia (PIB) mundial de 3,5% em 2017 e prevê um aumento de 3,7% em 2018, mas ressalva ser insuficiente para prolongar o efeito a 2019, quando deverá desacelerar.

Os “sinais positivos” manifestaram-se através da recuperação do investimento das empresas, mas ainda assim insuficientes para alcançar os níveis de rendimento por pessoa (per capita) registados antes do início da crise, em 2008.

As maiores subidas são as da zona do euro, de 2,4% em 2017, seguida pelos Estados Unidos os quais registaram uma ligeira melhora de 2,2%, confirmando as do Reino Unido a tendência de queda.

A China também melhora as estimativas com um aumento do PIB em 2017 de 6,8% graças à força do setor de serviços e a algumas indústrias estratégicas.

O endividamento no setor privado e nas famílias gera preocupação na OCDE, especialmente em países como a China.

2.2 - Economia Caboverdiana

O Banco de Cabo Verde anunciou um crescimento económico em 2017 ligeiramente superior aos 3,9% registados no ano precedente, antecipando melhorias no mercado de trabalho relacionadas com o aumento dos investimentos privados e da formação bruta de capital fixo privado, sustentada

por projetos de investimento externo. Deve-se, contudo, referir que, em contraponto, houve uma ligeira redução dos investimentos públicos.

O nível de preços manteve-se contido, situando-se num intervalo entre zero e 1%.

O BCV indica a recuperação do setor da construção civil e refere “desempenhos favoráveis” dos setores do alojamento e restauração, da indústria transformadora e do comércio.

O apuramento em curso do défice comercial indica que o mesmo deverá aumentar tal como o défice corrente, no entanto a balança de pagamentos deverá manter o superavit, com o crescimento das reservas externas a garantir acima de seis meses de importações de bens e serviços.

Deste modo, os riscos à estabilidade do sistema financeiro relacionados com o contexto macroeconómico e financeiro são descendentes e mantendo-se contidos.

O crescimento do crédito à economia em torno 3%, a necessidade de contínuo saneamento do balanço dos bancos, a melhoria da confiança dos agentes económicos e o cofinanciamento de empreendimentos turísticos de promotores estrangeiros, favoreceu a redução das restrições ao financiamento.

Ainda assim, o financiamento bancário permanece concentrado face a um número restrito de depositantes, situação que se deverá manter no curto e médio prazo, pelo que, não se espera que os riscos associados à estrutura do setor bancário venham a agravar-se.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou em 2017 uma conjuntura económica global “relativamente estável” para as economias dos países emergentes e em desenvolvimento, tendo a economia da zona Euro, principal parceiro económico de Cabo Verde, mantido a trajetória de modesta recuperação.

2.3 – Mercado Segurador

Registou-se um crescimento de 6,5% do mercado Segurador Cabo-verdiano, tendo a produção nacional totalizado os 2.438.483 contos, contra os 2.289.339 contos de 2016.

O Ramo Vida cresceu ligeiramente acima do Não Vida passando a valer praticamente 8% do total do Mercado.

Os custos com sinistros do mercado alcançaram os 707.465 contos, contra os 799.731 de 2015, cabendo à IMPAR o montante de 407.748 contos.



III – Actividade Seguradora da ÍMPAR

Os Ramos Não Vida foram a locomotiva do crescimento da Carteira de 2017, contrabalançando assim a diminuição do Ramo Vida.

Os prémios totais traduzem o crescimento global de 6,1%, ultrapassando pela primeira vez um milhão de contos, ou seja, 1.013.387 contos contra os 950.959 contos de 2016.

Apesar do bom crescimento dos Ramos Vida Risco, a forte diminuição dos produtos de Vida Financeiro levaram à queda do Ramo Vida que passou a valer apenas 6,7% no valor total da carteira, contra os 8% da anuidade anterior.

Os Ramos Não-Vida sustentaram o crescimento da Carteira, contribuindo com um crescimento de 8%, com especial enfoque no Incêndio, Construções e Automóvel, os quais mitigaram o efeito da redução da importante carteira da aviação, finalizando-se a anuidade com o total do Não- Vida de 945.952 contos contra os 875.274 contos verificados no exercício anterior.

IV – Exploração Industrial

4.1 – Ramo Vida

Os Seguro de Vida Risco Puro mantiveram a sua tendência de crescimento robusto, ultrapassando em mais de 10% a performance da anuidade anterior.

Mas, a forte desaceleração do Ramo Vida-Financeiro, com a não renovação de significativa Apólice de IMPAR Investimento, secundado pela diminuição das Contas Poupança Reforma, acabou por ditar a diminuição do Ramo Vida da Companhia em 11%.

O Ramo Vida Puro passou de uma sinistralidade quase inexpressiva para um ráio de sinistralidade de 24%, correspondendo a restante sinistralidade do Ramo aos vencimentos e significativos resgates das modalidades financeiras.

4.2 – Ramo Não Vida

Acidentes e Doença

Manteve o padrão de crescimento em linha com o objectivo de vendas estabelecido para o plano estratégico em curso com um aumento de cerca de 8,7% tendo os prémios atingido cerca de 185 mil contos contra os 170 mil contos da anuidade anterior.



A sinistralidade mantém-se na mesma dentro do mesmo padrão de excelência das anuidades anteriores, atingindo os 24.914 contos contra os 24.033 contos do período homólogo, mantendo-se numa baixa fasquia de 13% ratio de sinistralidade.

Incêndio e Outros Danos

A entrada de importantes negócios de Incêndio e de Construção associados ao investimento directo estrangeiro contribui para o robusto crescimento de 24%, passando a valer 186 mil contos, contra os 150 mil contos do exercício anterior.

Manteve-se o perfil de baixo rácio de sinistralidade, o qual quedou-se pelos 8%, totalizando um custo com sinistros de 15.234 contos com montantes pagos muito semelhantes aos de 2016.

Automóvel

O crescimento da frota automóvel nacional proporcionou um crescimento de 4% destes Ramos totalizando os 346.527 contos contra os 326.178 contos do ano passado.

Os custos com sinistros tiveram uma subida significativa em consequência dos processos com danos corporais atingindo os 220 mil contos contra os 144 mil contos de 2016, representando um rácio de sinistralidade de 65%.

Transportes

A diminuição dos seguros de transportes de *commodities* ditou nova redução de 1,5% dos prémios nestes Ramos, os quais atingiram o montante de 167.488 contos contra os 170.062 contos de 2016.

A sinistralidade foi fortemente afectada pela perda total do F/B Soby e pelo reforço das provisões dos processos em fase de litigação no ramo marítimo casco, tendo os custos com sinistro mais que duplicado, passando a valer 95.445 contra os 45.570 contos de 2016.

Responsabilidade Civil

Com a saída dos ATR's da Frota dos TACV, estes Ramos tiveram uma nova diminuição de 17%, passando a valer 40.305 contos em contraposição com os 48.318 contos do exercício anterior.

Os custos com sinistros atingiram os 6.790 contos contra os 3.162 contos de 2016.

Diversos

A articulação com a estrutura do BCN trouxe um forte aumento produção deste Ramo, o qual duplicou, totalizando 20.579 contos contra os 10.124 contos da anuidade anterior.



A sinistralidade foi de apenas 2% em consequência da rigorosa subscrição deste tipo de riscos .

4.3 – Resseguro Cedido

Os prémios de Resseguro cedido tiveram um aumento de 4% atingindo 417.197 contos contra os 399.859 de 2016.

As Comissões e Participação nos Resultados de Resseguro Cedido tiveram um aumento de 13% atingindo os 69.885 contos contra os 62.001 contos do exercício anterior.

Importante realçar que a intransigente recusa técnica da cobertura de um sinistro numa Apólice de fronting por parte de um ressegurador do negócio facultativo, baseando-se na *claim control clause*, levou a uma significativa variação das provisões a cargo do Resseguro.

Renovaram-se os Tratados de Resseguro em termos muito similares à da anuidade anterior os quais continuam a contar com a liderança da *MAPFRE* e a participação da *R+V*, *SCOR*, *Nacional de Reaseguros* e *Tranquilidade*.

V – Gestão de Meios

5.1 – Recursos Humanos

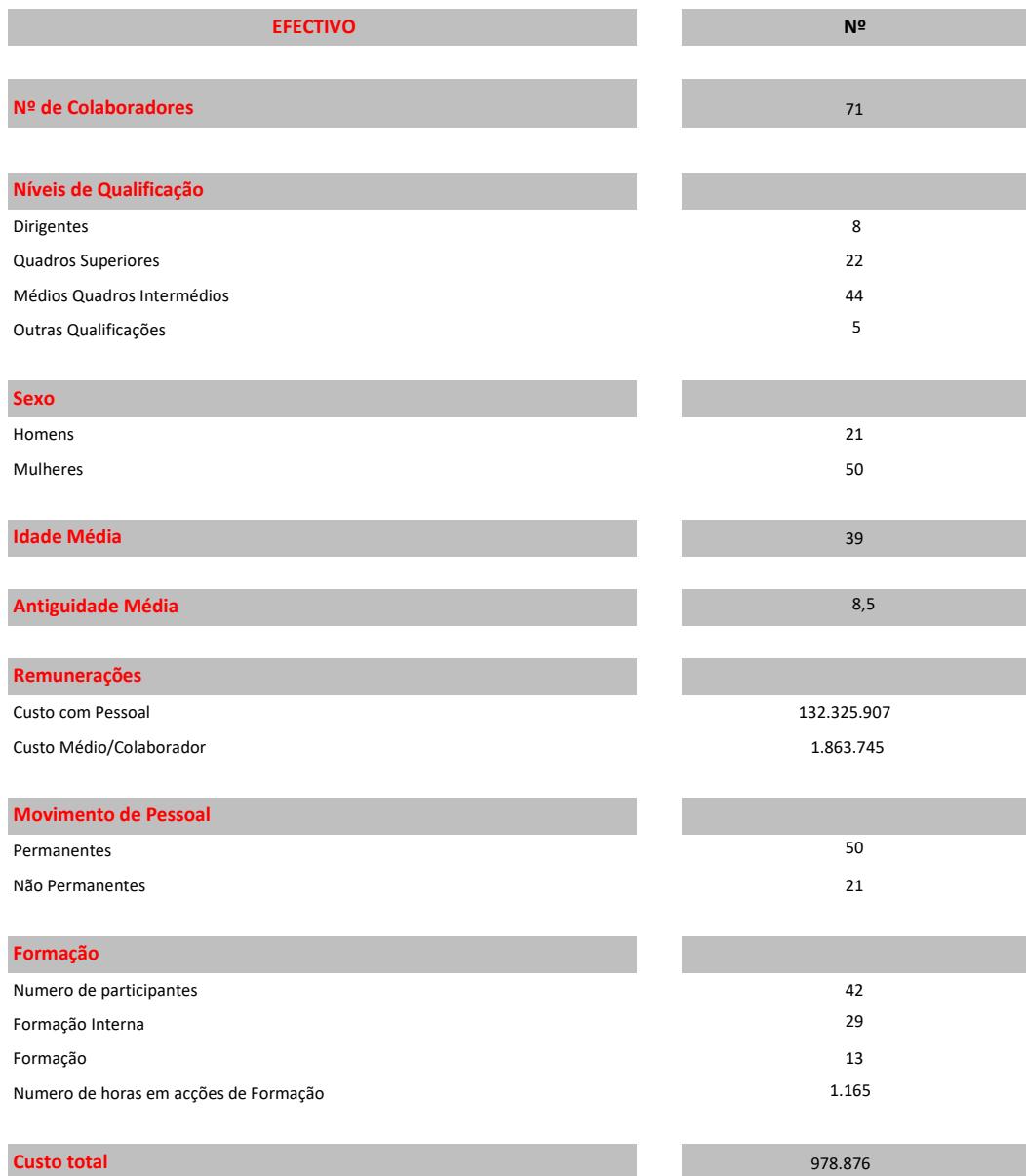
A implementação da Direção de Marketing e evolução da área jurídica de Gabinete para Direção Nacional foram os factos mais relevantes da anuidade em apreço, mantendo a Companhia os 71 Colaboradores.

A Estruturação inerente à construção de um grupo financeiro levou a acções de formação às estruturas principais do BCN e promoveu a integração quadros nas estruturas do Banco assumindo a implementação da Bancassurance aos balcões do Banco.

Manteve-se a política de atribuição do prémio de produtividade aos Colaboradores, a qual tem induzido desempenhos individuais mais proactivos e eficazes.



O Balanço Social da IMPAR em 2017 ilustra-se da seguinte forma:



O aumento salarial, o crescimento do prémio de produtividade e os custos inerentes à implementação das duas novas Direções levaram ao crescimento de 11% dos custos com o Pessoal.

5.2 – Recursos Tecnológicos

Os projectos tecnológicos foram integrados na visão de Grupo e todos os investimentos passaram a ser enquadrados dentro de uma visão comum com o BCN, o que implicou o estudo das melhores soluções ao longo da anuidade desenhandando uma nova arquitectura para o IT, a qual se prevê ser implementada ao longo do ano de 2018.

Deu-se sequência ao processo de contabilização automática do Resseguro, estado assim todo o circuito prestes a estar integralmente automatizado, com ganhos significativos de produtividade.

VI – Análise Económica e Financeira

Os custos por natureza adicionados das amortizações e provisões, registaram uma nova redução, passando de 28% para 26%.

Apesar de estarmos nas celebrações do 25º Aniversário, conseguiu-se reduzir em 14% a rubrica Publicidade e Propaganda, e uma gestão mais eficaz do economato e uma redução das deslocações asseguraram a melhoria do aludido ratio.

A diminuição significativa das taxas de remuneração, bem como a substituição dos Depósitos a prazo e obrigações pelo investimento no BCN levou à redução dos rendimentos dos investimentos.

O impacto do aumento do ratio de sinistralidade de 27% para 40% foi mitigado pelo impacto positivo da venda da posição detida na CAIXA ECONÓMICA. O ratio combinado passou de 55% para 66%.

Essas mais valias permitiram à IMPAR reforçar a performance de excelência que vem produzindo ao longo desta década, traduzindo-se num resultado líquido de 189.069 contos contra os 140.301 contos da anuidade anterior.

Esses resultados garantem uma rentabilidade aos capitais próprios de 12% e uma rentabilidade sobre as vendas de 18%, mantendo-se a IMPAR entre as empresas mais rentáveis do tecido empresarial cabo-verdiano.

O quadro abaixo indicado apresenta os principais indicadores de gestão da IMPAR:

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|-------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Prémios brutos emitidos | 874.452 | 937.332 | 950.959 | 1.013.387 |
| Quota de mercado | 43,00% | 43,50% | 42,00% | 42,00% |
| Total de crescimento dos prémios | -0,84% | 7% | 1,45% | 6,57% |
| Índice de sinistralidade | 32,00% | 36,00% | 27,00% | 41,75% |
| Expense ratio | 33,00% | 31,20% | 28,10% | 26,30% |
| Combined ratio | 65,00% | 67,20% | 55,10% | 68,05% |
| Resultados Líquidos | 112.307 | 138.530 | 140.021 | 189.069 |
| Investimentos | 1.559.933 | 1.496.385 | 1.469.762 | 2.537.412 |
| Quantidade de Empregados | 67 | 67 | 71 | 71 |
| Prémios por Trabalhador | 13.061 | 13.990 | 13.393 | 14.273 |
| Apólices por trabalhador | 517 | 521 | 519 | 524 |
| VAB por Trabalhador | 5.492 | 5.601 | 5.572 | 5.790 |
| Rendibilidade das Vendas | 13% | 15% | 15% | 18% |
| Capitais Próprios | 1.007.362 | 1.064.389 | 1.077.014 | 1.604.593 |
| Rentabilidade dos Capitais Próprios | 11% | 13% | 13% | 12% |
| Cobertura da Margem de Solvência | 3,2 | 4,7 | 3,2 | 3,8 |

Os factores extraordinários do exercício a nível de reforço das provisões foram contrabalançados pelos resultados extraordinários da venda de Activos, tendo os resultados líquidos ficado dentro dos parâmetros das bem sucedidas anuidades desta muito profícua década.

6.1. Análise das cobranças

No que respeita às Cobranças, o ano de 2017 revelou os seguintes indicadores:

Evolução de Cobranças e respectivos Indicadores

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| I - Saldo de Prémios do ano Anterior | 95.611 | 75.477 | 154.128 | 174.657 | 202.700 |
| II - Abates de Prémios | | | | | |
| III - Prémios Totais Emitidos no Ano | 881.890 | 874.451 | 937.332 | 950.959 | 1.013.387 |
| IV - Máximo Cobrável | 977.501 | 949.928 | 1.093.460 | 1.125.625 | 1.216.087 |
| V - Cobrança Efectuadas | 902.024 | 795.800 | 918.803 | 922.925 | 996.150 |
| VI - Saldo de Receitas por Cobrar | 75.477 | 154.128 | 174.657 | 202.700 | 219.937 |
| VII - Provisões para Recibos por cobrar | 40.586 | 88.175 | 138.216 | 172.222 | 147.475 |

| | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|
| Eficiência de Cobranças (V/IV) | 92% | 83% | 84% | 82% | 82% |
| Prémios em Cobrança (VI/III) | 8% | 17% | 16% | 18% | 18% |
| Prazo Médio de Cobrança (VI/III)*365 dias | 28 | 64 | 68 | 66 | 66 |

A performance de cobrança foi idêntica à do ano anterior a qual atingiu os 82%, cobrindo o provisionamento existente totalmente os riscos de não cobrança efectiva dos prémios em cobrança.

6.2. Investimentos

Como corolário da estratégia para a alteração do nosso posicionamento na Bancassurance, que nos levou à aquisição da maioria de controlo no BCN – Banco Caboverdiano de Negócios levou a um crescimento de 72,6% da nossa carteira de Investimentos, a qual passou de 1.469.762 contos para 2.537.412 contos.

Consequentemente, houve diminuição dos investimentos em Depósitos a Prazo e Obrigações a qual contribuiu para o abaixamento dos rendimentos dos nossos investimentos na anuidade de 2017.



VII – Nota Final

O especial enfoque da governação no sector privado e melhoria do ambiente de negócios levou ao aumento do investimento directo estrangeiro, com fortes benefícios para actividade seguradora.

Aos nossos Clientes, bem como aos Resseguradores e aos Profissionais da Intermediação, o Conselho de Administração apresenta os seus agradecimentos pela colaboração profícua e leal que dispensaram à Companhia.

Palavra especial ao colectivo dos Colaboradores da IMPAR pelo zelo e dedicação demonstrados ao longo deste exigente mas profícuo exercício económico.

Às Entidades Oficiais e à Entidade de Supervisão da Actividade Seguradora, BCV – Banco de Cabo Verde, expressamos o nosso apreço pela abertura como tem dado às questões colocadas pela IMPAR.

Aos Senhores Accionistas, o Conselho de Administração reafirma, uma vez mais, o seu firme compromisso no sentido de apresentar sempre uma adequada compensação pelo seu investimento.



Mindelo, 5 de Março de 2018

O Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José António Arez Romão', is placed over a horizontal line. A large, roughly circular mark is drawn over the signature.

José António Arez Romão

Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Vasconcelos Lopes', is placed over a horizontal line.

Administrador Delegado

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joaquim Alberto Vieira Coimbra', is placed over a horizontal line.

Administrador

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Jorge de Oliveira Lima', is placed over a horizontal line.

Paulo Jorge de Oliveira Lima

Administrador

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sandra Almiro Coimbra', is placed over a horizontal line.

Sandra Almiro Coimbra

Administradora



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

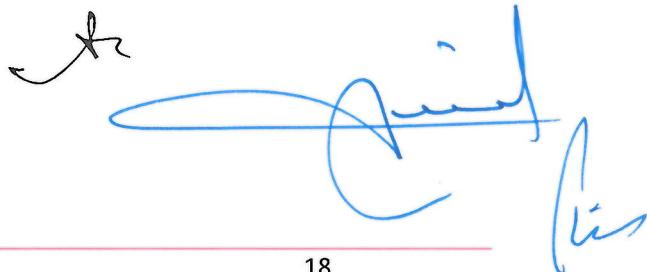
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

| ACTIVO | Notas | Exercício | | | Exercício Anterior 2016 |
|---|----------|----------------------|---|----------------------|----------------------------|
| | | Valor Bruto | Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos | Valor Líquido | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 8; 30 | 529 585 914 | | 529 585 914 | 58 693 415 |
| Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos | 6; 11 | 1 718 161 629 | | 1 718 161 629 | 546 503 614 |
| Activos financeiros débitos para negociação | | | | | |
| Derivados de cobertura | | | | | |
| Activos disponíveis para venda | 6; 11 | 53 329 494 | | 53 329 494 | |
| Empréstimos e contas a receber | 6; 11 | 50 000 000 | | 50 000 000 | 280 000 000 |
| Empréstimos hipotecários | | | | | |
| Empréstimos sobre apólices | | | | | |
| Empréstimos sobre títulos | | | | | |
| Outros empréstimos | | | | | |
| Depósitos junto de empresas cedentes | | | | | |
| Outros depósitos | 6; 11 | 50 000 000 | | 50 000 000 | 280 000 000 |
| Contas a receber | | | | | |
| Outros | | | | | |
| Investimentos a deter até à maturidade | 6; 11 | 155 029 667 | | 155 029 667 | 94 610 000 |
| Terrenos e edifícios | 6; 9; 11 | 560 901 047 | -52 895 281 | 508 005 766 | 504 999 721 |
| Terrenos e edifícios de serviço próprio | 9 | 268 222 440 | -52 895 281 | 215 327 159 | 221 500 944 |
| Terrenos e edifícios de rendimento | 9 | 292 678 607 | | 292 678 607 | 283 498 777 |
| Outros activos tangíveis | 10 | 203 771 399 | -161 329 418 | 42 441 981 | 251 862 155 |
| Inventários | 10 | 391 354 | | 391 354 | 391 354 |
| Goodwill | | | | | |
| Outros activos intangíveis | 12 | 16 137 343 | -16 137 343 | 0 | 0 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | | | | | |
| Provisões para prémios não adquiridos | | | | | |
| Provisão matemática | 4; 14 | 86 153 169 | | 86 153 169 | 81 983 314 |
| Provisão para sinistros | 4 | 7 945 215 | | 7 945 215 | 5 896 214 |
| Provisão para participação nos resultados | 4 | 178 971 850 | | 178 971 850 | 308 131 957 |
| Provisão para estabilização de carteira | | | | | |
| Outras provisões técnicas | | | | | |
| Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo-prazo | | | | | |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 13 | 240 436 975 | -152 816 659 | 87 620 316 | 73 808 780 |
| Contas a receber por operações de seguro directo | | 227 610 713 | -152 816 659 | 74 794 054 | 35 030 921 |
| Contas a receber por outras operações de resseguro | | 6 906 746 | | 6 906 746 | 17 573 554 |
| Contas a receber por outras operações | | 5 919 516 | | 5 919 516 | 21 304 305 |
| Activos por impostos | | | | | |
| Activos por impostos correntes | | | | | |
| Activos por impostos diferidos | | | | | |
| Acréscimos e diferimentos | 13 | 2 581 850 | | 2 581 850 | 11 816 736 |
| Outros elementos do activo | | | | | |
| Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | | | |
| TOTAL ACTIVO | | 3 830 455 209 | -383 178 701 | 3 447 276 508 | 2 218 797 261 |

A Direção Financeira



O Conselho de Administração

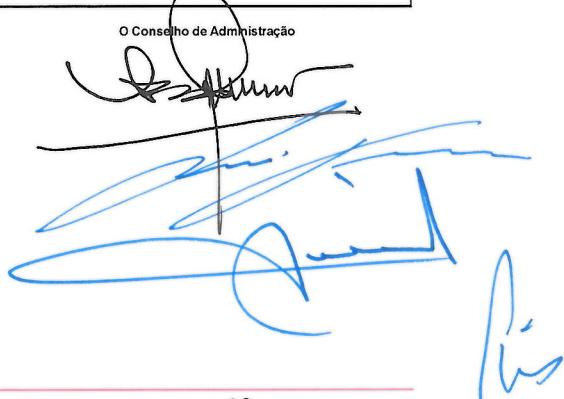
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | Exercício | | | Exercício Anterior 2016 |
|--|-------|----------------------|--|----------------------|----------------------------|
| | | Valor Bruto | Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos | Valor Líquido | |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | | | |
| Capital (Ações próprias) | 25 | 400 000 000 | | 400 000 000 | 400 000 000 |
| Outros instrumentos de capital | | | | | |
| Reservas de reavaliação | 26 | 631 340 659 | | 631 340 659 | 192 831 042 |
| Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros | 26 | -8 534 148 | | -8 534 148 | 43 281 569 |
| Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | 26 | 27 297 138 | | 27 297 138 | 27 297 138 |
| Por revalorização de activos intangíveis | | | | | 122 252 335 |
| Por revalorização de outros activos tangíveis | 26 | 612 577 669 | | 612 577 669 | |
| Por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | | | | |
| Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa | | | | | |
| Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira | | | | | |
| De diferenças de câmbo | | | | | |
| Reserva por impostos diferidos | | | | | |
| Outras reservas | | | | | |
| Resultados transitados | | | | | |
| Resultado do exercício | | 189 069 595 | | 189 069 595 | 140 021 967 |
| TOTAL CAPITAL PRÓPRIO | | 1 604 593 522 | | 1 604 593 522 | 1 077 014 311 |
| Interesses minoritários | | | | | |
| TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS | | 1 604 593 522 | | 1 604 593 522 | 1 077 014 311 |
| PASSIVO | | | | | |
| Provisões técnicas | 2 | 1 061 957 299 | | 1 061 957 299 | 960 046 073 |
| Provisão para prémios não adquiridos | 4, 14 | 198 236 789 | | 198 236 789 | 180 613 599 |
| Provisão para seguros e operações do ramo vida | | 83 076 464 | | 83 076 464 | 83 525 404 |
| Provisão para sinistros | 4 | 757 565 595 | | 757 565 595 | 694 983 013 |
| De vida | | 5 204 313 | | 5 204 313 | 2 660 513 |
| De acidentes de trabalho | | 66 360 423 | | 66 360 423 | 73 024 898 |
| De automóvel | | 395 422 860 | | 395 422 860 | 328 695 739 |
| De outros ramos | | 290 577 999 | | 290 577 999 | 290 601 863 |
| Provisões para participação nos resultados | 4 | 661 879 | | 661 879 | 924 057 |
| Provisão para estabilização de carteira | | | | | |
| Provisão para riscos em curso | 4 | 22 416 572 | | 22 416 572 | |
| Outras provisões técnicas | | | | | |
| Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento | | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | | |
| Derivados de cobertura | | | | | |
| Passivos subordinados | | | | | |
| Depósitos recebidos de resseguradoras | | | | | |
| Outros | | | | | |
| Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo-prazo | | | | | |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 13 | 658 317 277 | | 658 317 277 | 111 326 749 |
| Contas a pagar por operações de seguro directo | | 11 538 816 | | 11 538 816 | 9 481 245 |
| Contas a pagar por outras operações de resseguro | | 86 459 337 | | 86 459 337 | 59 397 539 |
| Contas a pagar de Empréstimos bancários | | | | | |
| Contas a pagar por outras operações | 13 | 560 319 124 | | 560 319 124 | 42 447 965 |
| Passivos por impostos | | 98 954 254 | | 98 954 254 | 45 113 215 |
| Passivos por impostos correntes | | 98 954 254 | | 98 954 254 | 45 113 215 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | | |
| Acréscimos e diferenças | 13 | 6 754 197 | | 6 754 197 | 8 596 953 |
| Outras provisões | 13 | 16 699 960 | | 16 699 960 | 16 699 960 |
| Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda | | | | | |
| TOTAL PASSIVO | | 1 842 682 986 | | 1 842 682 986 | 1 141 782 950 |
| TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO | | 3 447 276 508 | | 3 447 276 508 | 2 218 797 261 |

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

| CONTAS DE GANHOS E PERDAS | Notas | Exercício | | | | Exercício Anterior 2016 |
|--|----------|--------------|------------------|--------------|---------------|----------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica não Vida | Não Técnica | Total | |
| Prémios adquiridos líquidos de resseguro | | 35 945 806 | 546 791 038 | | 582 736 844 | 535 304 047 |
| Prémios brutos emitidos | 2, 4, 14 | 67 435 394 | 945 952 248 | | 1 013 387 642 | 950 959 336 |
| Prémios de resseguro cedido | 2, 14 | -31 489 588 | -385 707 875 | | -417 197 463 | -399 859 809 |
| Provisão para prémios não adquiridos (variação) | 14 | | -17 623 190 | | -17 623 190 | 1 431 293 |
| Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | | | 4 169 855 | | 4 169 855 | -17 226 773 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | | | -34 106 902 | -381 454 075 | -415 560 977 | -201 284 647 |
| Montantes pagos | 2, 4 | -33 813 103 | -190 107 035 | | -223 920 138 | -199 535 788 |
| Montantes brutos | 2, 4 | -39 663 103 | -320 909 650 | | -360 572 753 | -223 133 793 |
| Parte dos resseguradores | | 5 850 000 | 130 802 615 | | 136 652 615 | 23 598 005 |
| Provisão para sinistros (variação) | 2, 4 | -293 799 | -191 347 040 | | -191 640 839 | -1 748 859 |
| Montante bruto | 2, 4 | -2 543 800 | -59 936 932 | | -62 480 732 | -21 662 243 |
| Parte dos resseguradores | | 2 250 001 | -131 410 108 | | -129 160 107 | 19 913 364 |
| Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro | | | -22 416 572 | | -22 416 572 | 6 821 345 |
| Provisão matemática do risco vida, líquida de resseguro | | | -786 725 | | -786 725 | 4 127 219 |
| Montante bruto | | | -2 835 726 | | -2 835 726 | 3 678 496 |
| Parte dos resseguradores | | | 2 049 001 | | 2 049 001 | 448 723 |
| Participação nos resultados, líquida de resseguro | | | -397 629 | | -397 629 | 908 885 |
| Custos e gastos de exploração líquidas | | | -13 596 463 | -190 811 257 | -204 407 720 | -197 830 459 |
| Custos de aquisição | | | -6 613 668 | -97 705 649 | -104 319 317 | -101 309 036 |
| Custos de aquisição diferidos (variação) | | | | | | |
| Gastos administrativos | | | -6 982 795 | -93 105 608 | -100 088 403 | -96 521 421 |
| Comissões e participação nos resultados de resseguro | 2, 15 | 10 078 775 | 59 806 067 | | 69 884 842 | 62 001 179 |
| Comissões e participação nos resultados de resseguro | | | | | 33 130 351 | 31 912 961 |
| Rendimentos | 16 | 13 333 946 | 19 796 405 | | | |
| De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | 13 333 946 | 16 320 702 | | 29 654 648 | 28 928 553 |
| De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | | | |
| Outros | 16 | | 3 475 703 | | 3 475 703 | 2 984 408 |
| Gastos financeiros | 21 | | -9 246 252 | | -9 246 252 | -14 552 189 |
| De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | | | |
| De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | | | |
| Outros | | | -9 246 252 | | -9 246 252 | -14 552 189 |
| Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | | | | | |
| De activos disponíveis para venda | | | | | | |
| De empréstimos e contas a receber | | | | | | |
| De investimentos a deter até à maturidade | | | | | | |
| De passivos financeiros valorizados a custo amortizado | | | | | | |
| De outros | | | | | | |
| Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | | | | | |
| Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | | | | | |
| Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação | | | | | | |
| Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | | | | | | |
| Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | | | | |
| Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro | | | | | | |
| Outras provisões (variação) | | | | | | |
| Outros rendimentos / gastos | 6 | | | | | |
| Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas | | | | | | |
| Ganhos e perdas de associações e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | | | |
| Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda | | | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS | 24 | 10 470 808 | 44 881 927 | 220 848 528 | 253 784 691 | 187 948 949 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 24 | 10 470 808 | 44 881 927 | 220 848 528 | 64 715 096 | 47 926 982 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | | | | 189 069 595 | 140 021 967 |

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2017

Montantes expressos em ECV

| | 31/dez/17 | 31/dez/16 |
|--|---------------|--------------|
| | Valores | Valores |
| Método Directo | | |
| Actividades operacionais | | |
| Recebimentos de prémios | 992 601 050 | 936 284 765 |
| Recebimentos de reembolsos | 10 328 198 | 44 550 578 |
| Recebimentos de operações de seguro directo e co-seguro | | |
| Recebimentos de operações de resseguro | 102 873 786 | 219 699 188 |
| Pagamentos de sinistros | -355 595 747 | -208 392 519 |
| Pagamentos de comissões | -13 707 623 | -12 658 707 |
| Pagamentos de estornos | -30 988 722 | -34 449 431 |
| Pagamentos de operações de co-seguro | | |
| Pagamentos de operações de resseguro | -265 895 958 | -399 859 809 |
| Pagamentos a fornecedores | -53 795 330 | -56 079 720 |
| Pagamentos ao pessoal | -112 195 560 | -110 404 710 |
| Fluxo gerado pelas operações | 273 624 094 | 378 689 635 |
| Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento | -38 719 798 | -35 667 206 |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional | 52 260 808 | 90 565 881 |
| Fluxo gerado antes das rubricas não correntes | 287 165 104 | 433 588 310 |
| Recebimentos relacionados com rubricas não correntes | 45 287 635 | 45 287 635 |
| Pagamentos relacionados com rubricas não correntes | | |
| Fluxo das actividades operacionais (1) | 332 452 739 | 478 875 945 |
| Actividades de investimento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Investimentos financeiros | 1 020 318 833 | 75 000 000 |
| Activos intangíveis | | |
| Activos intangíveis | | |
| Subsídios de investimento | | |
| Rendas de propriedades de investimento | 3 475 703 | 2 984 408 |
| Juros e proveitos similares | 13 072 474 | 14 656 942 |
| Dividendos | 13 320 702 | 19 527 177 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Investimentos financeiros | -768 108 777 | -253 450 124 |
| Activos tangíveis | -4 814 695 | -21 333 725 |
| Activos intangíveis | | |
| Fluxo das actividades de investimento (2) | 277 264 240 | -162 615 322 |
| Actividades de financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Empréstimos obtidos | | |
| Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | | |
| Subsídios e doações | | |
| Venda de acções (quotas) próprias | | |
| Cobertura de prejuízos | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Empréstimos obtidos | | |
| Amortização de contratos de locação financeira | | |
| Juros e custos similares | | |
| Dividendos | -21 437 650 | -98 847 500 |
| Reduções de capital e prestações similares | | |
| Aquisições de acções (quotas) próprias | | |
| Fluxo das actividades de financiamento (3) | -21 437 650 | -98 847 500 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | 588 279 329 | 217 413 123 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 58 693 415 | 158 719 708 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 529 585 914 | 58 693 415 |

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

| DESCRÇÃO | Notas | Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe) | | | | | | | | | | | Total | Total do Capital Próprio | |
|--|-------|---|--------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------------|---------------|
| | | Capital realizado | Acções (quotas) próprias | Prestações Suplementares | Instrumentos de Capital Próprio | Preços de Emissões | Reservas Legais | Outros recursos | Excedentes de Revalorização | Ajustamentos em activos Financeiros | Outras Variações no Capital Próprio | Resultados Transladados | Resultado do Exercício | | |
| Balanço a 31 de Dezembro de 2016 | | 400 000 000 | 0 | 0 | 7 513 000 | 80 000 000 | 256 648 301 | 0 | 192 831 042 | 0 | 0 | 140 021 967 | 1 077 014 311 | 0 | 1 077 014 311 |
| Correcções de erros (IAS8) | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de Políticas contabilísticas (IAS 8) | | | | | | | | | | | | | | | |
| Transacção de acções próprias | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ganhos/Pérdidas líquidas por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | | | | | | | | | | | | | | |
| Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2017 | | 400 000 000 | 0 | 0 | 7 513 000 | 80 000 000 | 256 648 301 | 0 | 192 831 042 | 0 | 0 | 140 021 967 | 1 077 014 311 | 0 | 1 077 014 311 |
| Aumentos/Reduções de capital | | | | | | | | | | | | | | | |
| Transacção de acções próprias | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 6,26 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 612 577 669 | 0 | 0 | 612 577 669 | 0 | 612 577 669 | |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda | 6,26 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -174 068 053 | 0 | 0 | -174 068 053 | 0 | -174 068 053 | |
| Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumentos de reservas por aplicação de resultados | | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuição de reservas | 26 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40 021 967 | 0 | 0 | 0 | -40 021 967 | | | | |
| Distribuição de Lucros | 28 | | | | | | | | | | -100 000 000 | -100 000 000 | 0 | -100 000 000 | |
| Alterações de estimativas contabilísticas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros ganhos/pérdidas reconhecidos directamente no capital próprio | | | | | | | | | | | | | | | |
| Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total das variações do capital próprio | | 400 000 000 | 0 | 0 | 7 513 000 | 80 000 000 | 296 670 268 | 0 | 631 340 658 | 0 | 0 | 0 | 1 415 523 927 | 0 | 1 415 523 927 |
| Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2017 | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 189 069 595 | 189 069 595 | 0 | 189 069 595 | |
| Distribuição antecipada de lucros | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Balanço a 31 de Dezembro de 2017 | | 400 000 000 | 0 | 0 | 7 513 000 | 80 000 000 | 296 670 268 | 0 | 631 340 658 | 0 | 0 | 189 069 595 | 1 604 593 522 | 0 | 1 604 593 522 |



ANEXO ÀS CONTAS



Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. (“IMPAR ou Companhia”), com Sede Social na Praça Amilcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amilcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido aprovados pelo Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente diária no seu Administrador Delegado.

No ano em que celebra o seu 25º aniversário, o capital da IMPAR passou a pertencer integralmente a empresas nacionais e investidores Cabo-verdianos, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,121% por Luís Vasconcelos Lopes e os restantes 22% por diversos Accionistas nacionais.

Um dos traços marcantes da IMPAR é o da estabilidade da sua estrutura accionista e o alinhamento estratégico das opções da IMPAR com a visão dos accionistas, contribuindo assim para que a gestão consiga delinear os principais objectivos estratégicos e as actividades da Companhia numa perspectiva de longo prazo.

Nesses termos, o 25º aniversário da Companhia marcou o início de uma nova estratégia de Bancassurance materializada com a aquisição da maioria do capital do BCN – Banco Caboverdiano de Negócios criando assim um Grupo financeiro de matriz Cabo-verdiana com o epicentro na IMPAR e no núcleo duro dos seus Accionistas.

O processo de investimento no BCN passou pela aquisição da posição de 51,7% que o BANIF detinha nesse Banco, bem como a aquisição de 81,5% da SEPI – Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, sociedade esta que detém 44% do capital do BCN, tendo implicado a venda da nossa posição na CECV – Caixa Económica de Cabo Verde, venda essa que gerou mais-valias significativas, tendo o conjunto dessas operações gerado fortes reflexos nos nossos Capitais próprios que se valorizaram em cerca de meio milhão de contos, passando a valer mais de 1,5 milhões de contos.

A IMPAR é uma Companhia de Seguros de capital integralmente Caboverdiano e desenvolve a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida, utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional, assente na venda directa através de uma rede de 12 escritórios próprios, bem como utilizando Correctores, Agentes e Mediadores de Seguros e o canal bancário.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Portuguesa Tranquilidade, que para além do suporte dado à nossa capacidade de assumpção de riscos, apoiam igualmente no âmbito da formação dos nossos quadros.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2017 o ramo Vida representou 6,7% dos prémios brutos emitidos, sendo que destes, 43% correspondeu a produtos financeiros, nomeadamente seguros de Poupança Reforma com taxa técnica garantida e participação nos resultados. Os ramos Não Vida representaram 93,3% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde destacam-se os ramos Automóvel, representando 36,6% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 19,7% e Acidentes e Doença 19,6%.

Para além do importante investimento no BCN – Banco Caboverdiano de Negócios, a anuidade de 2017 foi marcada por um conjunto de factores extraordinários, nomeadamente a recusa de um Ressegurador do Facultativo em assumir um sinistro tendo desembocado numa litigação judicial contra a IMPAR, o aumento significativo dos custos com os danos corporais com o consequente reforço das provisões, contrabalançados com as mais valias obtidas na venda da nossa posição na Caixa Económica de Cabo Verde manteve a sua performance ao nível de excelência, traduzidos num resultado líquido de 189.069 contos, contra os 140.021 contos do exercício anterior.

As notas às contas que se seguem, respeitam ao definido no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de Março de 2018 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral.

2 - Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rúbricas de balanço e da demonstração de resultados:

| 2017 | Total Vida | Total Não Vida | Acidentes e Doença | Incêndio e Outros danos | Automóvel | Outros | Total |
|--|---------------|-------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|--------------|---------------|
| Rubricas de Ganhos e Perdas | | | | | | | |
| Prémios brutos emitidos | 67 435 394 | 945 952 248 | 184 952 444 | 186 112 944 | 346 527 451 | 228 359 409 | 1 013 387 642 |
| Prémios de resseguro cedido | 31 489 588 | 385 707 875 | 59 144 057 | 124 676 413 | 36 542 932 | 165 344 473 | 417 197 463 |
| Prémios brutos adquiridos | 67 435 394 | 928 329 058 | 177 734 748 | 189 625 663 | 340 846 445 | 220 122 202 | 995 764 452 |
| Resultados dos Investimentos | 13 333 946 | 19 796 405 | 3 000 000 | 2 437 791 | 11 367 460 | 2 991 154 | 33 130 351 |
| Comissões de Resseguro Cedido | 10 078 775 | 59 806 067 | 11 464 692 | 23 638 711 | 220 062 | 24 482 602 | 69 884 842 |
| Custos com sinistros brutos | 42 206 903 | 380 846 582 | 27 396 424 | 16 174 873 | 228 526 231 | 108 749 054 | 423 053 485 |
| Custos com sinistros Resseguro Cedido | 8 100 001 | -607 493 | 20 293 796 | 5 968 634 | 31 735 952 | -58 605 875 | 7 492 508 |
| Custos de exploração brutos | 13 596 463 | 190 811 257 | 37 307 389 | 37 541 477 | 69 899 235 | 46 063 156 | 204 407 720 |
| Resultado técnico | 11 655 162 | 67 581 513 | 95 863 062 | 39 765 317 | 54 882 527 | -122 929 393 | 79 236 675 |
| Rubricas de Balanço | | | | | | | |
| Ativos afetos à representação das provisões técnicas | 222 385 708 | 2 148 324 186 | 130 000 000 | 129 205 800 | 1 026 500 566 | 862 617 820 | 2 370 709 894 |
| Provisões técnicas | 88 942 656 | 973 014 643 | 98 211 625 | 87 464 210 | 522 583 519 | 264 755 289 | 1 061 957 299 |
| 2016 | Total Vida | Total Não Vida | Acidentes e Doença | Incêndio e Outros danos | Automóvel | Outros | Total |
| Rubricas de Ganhos e Perdas | | | | | | | |
| Prémios brutos emitidos | 75 685 591 | 875 273 745 | 170 123 532 | 150 403 771 | 326 241 177 | 228 505 265 | 950 959 336 |
| Prémios de resseguro cedido | 26 692 153 | 373 167 656 | 38 822 413 | 144 700 614 | 14 833 961 | 174 810 668 | 399 859 809 |
| Prémios brutos adquiridos | 75 685 591 | 876 705 038 | 169 102 193 | 163 681 807 | 309 468 997 | 234 452 041 | 952 390 629 |
| Resultados dos Investimentos | 10 616 663 | 31 912 961 | 6 382 592 | 4 433 625 | 14 360 832 | 6 735 912 | 42 529 624 |
| Comissões de Resseguro Cedido | 11 031 707 | 50 969 472 | 9 434 459 | 23 437 505 | 0 | 18 097 508 | 62 001 179 |
| Custos com sinistros brutos | 15 688 358 | 229 107 678 | 32 107 246 | -189 419 | 145 419 173 | 51 770 678 | 244 796 036 |
| Custos com sinistros Resseguro Cedido | 1 076 399 | 42 434 990 | 4 634 864 | -11 545 972 | 2 107 202 | 47 238 896 | 43 511 389 |
| Custos de exploração brutos | 13 096 137 | 184 734 322 | 35 906 087 | 31 744 056 | 68 856 107 | 48 228 072 | 197 830 459 |
| Resultado técnico | 42 933 712 | 213 581 512 | 83 739 701 | -9 526 322 | 113 599 970 | 25 768 163 | 256 515 224 |
| Rubricas de Balanço | | | | | | | |
| Ativos afetos à representação das provisões técnicas | 215 766 779 | 1 294 716 795 | 135 856 229 | 160 107 573 | 735 504 946 | 263 248 047 | 1 510 483 574 |
| Provisões técnicas | 87 109 974 | 872 936 099 | 96 924 547 | 87 605 658 | 427 381 950 | 261 023 944 | 960 046 073 |

3 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo

International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. As demonstrações financeiras estão expressas em escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

Principais Políticas Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Actualmente, os investimentos da Companhia nas Empresas BCN, SEPI e IMOPAR têm classificação em Subsidiárias, mas atendendo que o Plano de Contas aprovado para as Seguradoras em Cabo Verde prever no Balanço apenas as designações "*Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos*", e na ausência de outra alternativa, optou-se por classificar tais investimentos em Associadas, apesar da IMPAR exercer o controlo sobre estas Empresas.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial ao custo da participação, sendo depois efectuado o lançamento de transição para o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
 - Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como

custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

| | Anos de vida útil |
|----------------------------|------------------------------|
| Equipamento Administrativo | 3 a 12 |
| Equipamento Informático | 3 a 5 |
| Material de Transporte | 7 a 8 |
| Outros activos tangíveis | 1 a 4 |

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iv) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer

montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

4 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2017 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

O custo da acção da ENACOL, cotada na bolsa, não variou comparativamente ao exercício precedente, mantendo-se a flutuação idêntica ao do ano precedente.

Os Investimentos da Companhia no BCN e na SEPI geraram flutuações de valores com impacto positivo de aproximadamente 612 577 contos nos Capitais Próprios.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 11,5 % dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 29.268

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- › Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- › Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- › Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- › Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- › Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- › Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.



A Ímpar pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

| Área de análise | Cenários | Impacto resultados antes impostos | |
|----------------------|--|-----------------------------------|------------|
| | | 2017 | 2016 |
| Custos com sinistros | Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro | 20 778 049 | 10 064 232 |
| Despesas | Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro | 20 440 772 | 19 783 046 |
| Rendimentos | Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações | 163 339 | 200 180 |

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 23% - Imóveis e IMOPAR

Transportes 2% - Obrigações TACV

Energia 0,14% - Acções Enacol e Obrigações Electra

Financeiro 67% - Acções BCN e SEPI

Industrial 1,8% - Obrigações Inpharma e Acções Sita

Tecnologia 0,4% - Acções na CV Telecom e na GMT

Depósitos a Prazo e Obrigações – 6%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Depósitos a Prazo, Obrigações, Terrenos e Edifícios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a IMPAR implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de controlo interno



O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;
- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mECV:

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------|---------|
| Elementos constitutivos do fundo de garantia | 1 504 593 | 977 014 |
| Margem de solvência a constituir | 400 398 | 310 599 |
| Resultado na óptica dos prémios | 372 634 | 280 336 |
| Resultado na óptica dos sinistros | 121 854 | 90 225 |
| Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida) | 37 500 | 37 500 |
| Excesso/insuficiência da margem de solvência | 1 104 194 | 666 414 |
| Taxa de cobertura da margem de solvência | 376% | 315% |

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 376% e 315%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------|-------|------|
| Rácio de Sinistralidade | 42% | 27% |
| Rácio de Aquisição | 1,47% | 1,7% |
| Rácio Administrativo | 21% | 22% |
| Rácio Combinado | 68% | 55% |

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas do BCV, o diferimento destes custos está limitado a 18% da provisão para prémios não adquiridos.

| Balanço | | | 2017 | | | 2016 | | |
|-------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--|--|
| Ramos / Grupo ramos | PPNA bruta | CAD | PPNA líquida | PPNA bruta | CAD | PPNA líquida | | |
| Acidentes de trabalho | 6 538 083 | 1 176 855 | 5 361 228 | 2 252 349 | 405 423 | 1 846 926 | | |
| Acidentes pessoais e doença | 18 722 656 | 3 370 078 | 15 352 578 | 14 206 322 | 2 557 138 | 11 649 184 | | |
| Incêndio e outros danos | 72 103 739 | 12 978 673 | 59 125 066 | 76 387 543 | 13 749 758 | 62 637 785 | | |
| Automóvel | 96 108 789 | 17 299 582 | 78 809 207 | 89 180 733 | 16 052 532 | 73 128 201 | | |
| Marítimo, aéreo e transportes | 22 131 576 | 3 983 684 | 18 147 892 | 22 097 282 | 3 977 511 | 18 119 771 | | |
| Responsabilidade civil geral | 10 892 349 | 1 960 623 | 8 931 726 | 9 676 165 | 1 741 710 | 7 934 455 | | |
| Crédito e caução | 15 254 990 | 2 745 898 | 12 509 092 | 6 460 094 | 1 162 817 | 5 297 277 | | |
| Total | 241 752 182 | 43 515 393 | 198 236 789 | 220 260 487 | 39 646 888 | 180 613 599 | | |
| Ganhos e perdas | 2 017 | | | 2 016 | | | | |
| Ramos / Grupo ramos | PPNA bruta | CAD | PPNA líquida | PPNA bruta | CAD | PPNA líquida | | |
| Acidentes de trabalho | 4 285 734 | 771 432 | 3 514 302 | 837 690 | 150 784 | 686 906 | | |
| Acidentes pessoais e doença | 4 516 334 | 812 940 | 3 703 394 | 407 845 | 73 412 | 334 433 | | |
| Incêndio e outros danos | -4 283 804 | -771 085 | -3 512 719 | -16 192 727 | -2 914 691 | -13 278 036 | | |
| Automóvel | 6 928 056 | 1 247 050 | 5 681 006 | 20 453 878 | 3 681 698 | 16 772 180 | | |
| Marítimo, aéreo e transportes | 34 294 | 6 173 | 28 121 | 1 045 096 | 188 117 | 856 979 | | |
| Responsabilidade civil geral | 1 216 184 | 218 913 | 997 271 | -4 249 324 | -764 878 | -3 484 446 | | |
| Crédito e caução | 8 794 896 | 1 583 081 | 7 211 815 | -4 047 938 | -728 629 | -3 319 309 | | |
| Total | 21 491 695 | 3 868 505 | 17 623 190 | -1 745 479 | -314 186 | -1 431 293 | | |

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2017 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2017 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Desagregação dos Custos com sinistros do seguro directo:

| Ramo / Grupos de ramos | Montantes pagos | | Variação da Provisão de Sinistros | Custos com sinistros |
|-------------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| | Prestações | Custos de gestão imputados | | |
| | | 3 | (1) + (2) + (3) | |
| Vida | 38 515 195 | 1 147 908 | 2 543 800 | 42 206 903 |
| Total I | 38 515 195 | 1 147 908 | 2 543 800 | 42 206 903 |
| Não Vida | | | | |
| Acidentes de trabalho | 29 730 966 | 1 339 220 | -7 503 062 | 23 567 124 |
| Acidentes pessoais e doença | 2 946 973 | 148 470 | 733 857 | 3 829 300 |
| Incêndio e outros danos | 18 667 566 | 940 483 | -3 433 176 | 16 174 873 |
| Automóvel | 132 720 807 | 5 548 124 | 90 257 300 | 228 526 231 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 118 531 292 | 5 971 679 | -23 085 479 | 101 417 492 |
| Responsabilidade civil geral | 3 823 230 | 192 617 | 2 967 492 | 6 983 339 |
| Crédito e caução | 331 520 | 16 702 | 0 | 348 222 |
| Total II | 306 752 354 | 14 157 296 | 59 936 932 | 380 846 582 |
| | 345 267 549 | 15 305 204 | 62 480 732 | 423 053 485 |

Desagregação da Provisão para Sinistros do seguro directo:

| Ramo / Grupos de ramos | Provisão para sinistros | | Provisão para sinistros em 31 dez 2017 | Reajustamentos em 31 dez 2017 |
|-------------------------------|-------------------------|--------------------|--|-------------------------------|
| | em 31 dez 2016 | pagos em 2017 | | |
| | | 1 | 2 | 3 |
| Vida | 2 660 513 | 39 663 103 | 5 204 313 | 42 206 903 |
| Total I | 2 660 513 | 39 663 103 | 5 204 313 | 42 206 903 |
| Não Vida | | | | |
| Acidentes de trabalho | 73 024 898 | 31 070 186 | 66 360 423 | 24 405 711 |
| Acidentes pessoais e doença | 10 403 539 | 3 095 443 | 11 137 396 | 3 829 300 |
| Incêndio e outros danos | 24 967 873 | 19 608 049 | 21 534 697 | 16 174 873 |
| Automóvel | 354 253 749 | 138 268 931 | 443 774 312 | 227 789 494 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 212 381 913 | 124 502 971 | 189 296 434 | 101 417 492 |
| Responsabilidade civil geral | 17 290 528 | 4 015 847 | 20 258 020 | 6 983 339 |
| Crédito e caução | 0 | 348 222 | 0 | 348 222 |
| Total II | 692 322 500 | 320 909 650 | 752 361 282 | 380 948 432 |
| | 694 983 013 | 360 572 753 | 757 565 595 | 423 155 335 |

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2017 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

| Ramo / grupo ramos | Saldo Balanço | | Variação Ganhos e Perdas | |
|-------------------------------|---------------|------|--------------------------|------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Incêndio e outros danos | 6 804 447 | 0 | 6 804 447 | 0 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 10 896 934 | 0 | 10 896 934 | 0 |
| Responsabilidade civil geral | 4 715 191 | 0 | 4 715 191 | 0 |
| Total | 22 416 572 | 0 | 22 416 572 | 0 |

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo a seguinte decomposição:

| Ramo / Grupo Ramos | Saldo Balanço | | Variação ganhos e perdas | |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Vida | 4 638 882,00 | 2 388 881,00 | 2 250 001,00 | 311 119,00 |
| Total I | 4 638 882,00 | 2 388 881,00 | 2 250 001,00 | 311 119,00 |
| Acidentes de trabalho | 33 538 028,00 | 20 122 466,00 | -13 415 562,00 | 125 198,00 |
| Acidentes pessoais e doença | 3 991 504,00 | 5 417 355,00 | 1 425 851,00 | -1 754 618,00 |
| Incêndio e outros danos | 14 662 754,00 | 18 488 799,00 | 3 826 045,00 | 18 383 768,00 |
| Automóvel | 66 415 806,00 | 50 018 308,00 | -16 397 498,00 | 999 944,00 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 37 434 522,00 | 195 914 663,00 | 158 480 141,00 | -39 014 975,00 |
| Responsabilidade civil geral | 18 290 354,00 | 15 781 485,00 | -2 508 869,00 | 1 036 180,00 |
| Total II | 174 332 968,00 | 305 743 076,00 | 131 410 108,00 | -20 224 503,00 |
| | 178 971 850,00 | 308 131 957,00 | 133 660 109,00 | -19 913 384,00 |

Representação das Provisões Técnicas

As Provisões técnicas encontram-se representadas por activos (nota 6) nos termos da legislação em vigor, como se demonstra:

| | 2017 | 2016 |
|--|------|------|
|--|------|------|

Provisões técnicas do seguro directo

| | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Provisão para sinistros | 757 565 595 | 694 983 013 |
| Provisão para riscos em curso | 22 416 572 | - |
| Provisão para Prémios não adquiridos | 198 236 789 | 180 613 599 |
| Provisões matemáticas ramo vida | 83 076 464 | 83 525 404 |
| Provisão para participação nos resultados | 661 879 | 924 057 |
| | 1 061 957 299 | 960 046 073 |
| Ativos a representar provisões técnicas | 2 370 709 895 | 1 055 778 675 |

6 - Instrumentos financeiros

O resumo da decomposição das participações e instrumentos financeiros é apresentado como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------------|--------------------|
| Investimentos em Subsidiárias | 1 718 161 629 | 0 |
| Ativos disponíveis para venda | 53 329 494 | 546 503 614 |
| Outros Depósitos (Depósitos a prazo) | 50 000 000 | 280 000 000 |
| Investimentos a deter até à maturidade (Obrigações) | 155 029 667 | 94 610 000 |
| | 1 976 520 790 | 921 113 614 |

As acções representativas de partes de capital em outras empresas, detidas pela IMPAR, detalham-se como se segue:

| Descrição | Valorização | QTD | P.U Aquis. | Valor Aquisição | Suprimentos | Ajustamentos | Alienação | Valor em 31Dez2017 | Valor em 31Dez2016 |
|---|--------------------------------|---------|------------|----------------------|-------------------|--------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|
| IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. | Custo | 4 000 | 1 000 | 4 000 000 | 16 000 000 | - | - | 20 000 000 | 4 000 000 |
| BCN - Banco Caboverdiano de Negócios | Equivalência patrimonial | 465 000 | 1 365 | 634 567 199 | - | 359 511 312 | - | 994 078 511 | - |
| SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. | Equivalência patrimonial | 81 500 | 5 534 | 451 016 761 | - | 253 066 357 | - | 704 083 118 | - |
| Sub-Total 1 - Investimentos em Subsidiárias | | | | 1 089 583 960 | 16 000 000 | 612 577 669 | - | 1 718 161 629 | - |
| CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l. | Justo Valor - cotação bolsista | 168 032 | 1 880 | 315 947 288 | - | 173 025 832 | 488 973 120 | - | 488 973 120 |
| ENACOL, S.a.r.l. | Justo Valor - cotação bolsista | 1 500 | 2 100 | 3 150 000 | - | 315 000 | - | 3 465 000 | 3 465 000 |
| CVTELECOM, S.a.r.l. | Equivalência patrimonial | 1 500 | 4 800 | 7 200 000 | - | 2 715 000 | - | 9 915 000 | 10 116 000 |
| SITA - Sociedade Industrial de Tintas, SA | Equivalência patrimonial | 23 822 | 2 200 | 51 513 643 | - | (11 564 148) | - | 39 949 495 | 39 949 495 |
| GMT - Cabo Verde, SA | Custo | 7 500 | 2 750 | 20 625 000 | 1 422 000 | (22 047 000) | - | - | - |
| Sub-Total 2 - Activos disponíveis para venda | | | | 398 435 931 | 1 422 000 | 142 444 684 | 488 973 120 | 53 329 495 | 542 503 615 ** |
| Total | | | | 1 488 019 891 | 17 422 000 | 755 022 353 | 488 973 120 | 1 771 491 124 | 546 503 615 |

Os Investimentos em Subsidiárias, correspondem aos investimentos na IMOPAR, 50%; no BCN, aquisição da posição de 51,7% que o BANIF detinha nesse Banco; bem como a aquisição de 81,5% da SEPI, Sociedade que detém 44% do capital do BCN, tendo implicado a venda da nossa posição na CECV – Caixa Económica de Cabo Verde, venda essa que gerou mais-valias significativas de cerca de 270.000 contos, registadas na Conta de Resultados.

*Em 2017, na sequência do suprimento feito ao investimento na IMOPAR, procedeu-se a reclassificação deste da rúbrica Activos Financeiros Detidos para Negociação para Investimentos em Subsidiárias.

**Os investimentos na ENACOL, CVTelecom e SITA foram reclassificados em 2017 da categoria Activos Financeiros Detidos para Negociação para a categoria Activos Disponíveis para Venda.

As participações no BCN e na SEPI, originaram Flutuação de Valores positiva, de cerca de 612.000 contos.

A Flutuação de Valores da participação da Companhia na CVTelecom foi negativa, no montante irrelevante de 201 contos.

As participações na ENACOL e na SITA mantiveram-se inalteráveis, com relação ao exercício anterior.

Os Depósitos a Prazo, em 31 de Dezembro de 2017, apresentam a seguinte composição:

| Conta | Saldo 31 Dez 17 | Tx Juro | Data Abert. | Data Venc. |
|-------------------------|-----------------|---------|-------------|------------|
| Conta nº 2336433 - CECV | 50 000 000 | 5,25% | 25/ago/17 | 25/ago/18 |

No exercício 2016 a Companhia detinha uma carteira de 280.000 contos em Depósitos a prazo, sendo que em 2017 procedeu-se a mobilização do montante de 230.000 contos em contrapartida do investimento no BCN.

As Obrigações detalham-se como se segue:

| Descrição | Saldo 31Dez17 | Qtd | Tx Juro | Data Venc. |
|---------------------|---------------|--------|---------|------------|
| Obrigações Inpharma | 5 029 667 | 5 030 | 7% | 2019 |
| Obrigações TACV | 50 000 000 | 50 000 | 6% | 2031 |
| Obrigações Tesouro | 100 000 000 | 10 000 | 4,75% | 2018 |
| 155 029 667 | | | | |

As Obrigações totalizam o montante de 155.029 contos, sendo que deste montante 100.000 Contos, foram subscritos neste exercício, respeitantes a Obrigações do Tesouro, a uma taxa de juro de 4,75% com vencimento no ano 2018.



Os restantes Títulos Obrigacionistas, foram subscritos em exercícios anteriores, sendo que registou-se o reembolso do capital vencido das Obrigações da Inpharma no montante 10.059 Contos.

As Obrigações ECOBANK e ELECTRA, nos montantes de 20.000 e 9.521 contos, detidos em exercícios anteriores, foram reembolsados em 2017, em conformidade com os prazos contratuais.

8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rúbrica apresenta-se como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Caixa | 2 676 780 | 3 664 940 |
| Depósitos em instituições de crédito | 526 909 134 | 55 028 475 |
| | 529 585 914 | 58 693 415 |

9 – Terrenos e Edifícios

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|---|--------------------|--------------------|
| Edifícios | | |
| Escritório da Assomada - Stª Catarina | 10 621 005 | 10 621 005 |
| Escritório em Stª Maria - Sal | 8 421 050 | 8 421 050 |
| Armazém na Achada Grande Frente | 60 000 000 | 60 000 000 |
| Apartamento na Achada Stº António - Edifício Europa | 7 750 000 | 7 750 000 |
| Escritório na Achada Stº António | 23 772 681 | 21 514 530 |
| Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia | 106 175 059 | 105 360 743 |
| Escritório nos Espargos - Sal | 24 585 374 | 24 585 374 |
| Edifício Sede Social - Mindelo | 49 831 123 | 49 831 123 |
| Edifício de Confecções Porto Grande | 80 000 000 | 80 000 000 |
| Edifício de Ex-Edilter | 14 659 728 | 14 659 728 |
| Apartamento em Monte Sossego | 6 693 000 | 6 693 000 |
| Pardieiro comprado ao Sr. Furtado | 10 000 000 | 10 000 000 |
| Edifício da Farmácia Africana | 23 000 000 | 23 000 000 |
| Armazém da Ex-COMAT | 25 977 823 | 25 977 823 |
| Apartamento em Terra Branca | 3 634 196 | 3 634 196 |
| Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão | 9 179 830 | - |
| | 464 300 869 | 452 048 572 |
| Terrenos | | |
| Terreno Sede Administrativa - Praia | 9 046 720 | 9 046 720 |
| Terreno do Porto Novo - Stº Antão | 1 189 428 | 1 189 428 |
| Terreno do Escritório Espargos - Sal | 8 000 000 | 8 000 000 |
| Terreno Sede Social - Mindelo | 18 830 000 | 18 830 000 |
| Terreno nos Espargos - Sal | 587 719 | 587 719 |
| Terreno na Boavista | 770 100 | 770 100 |
| Terreno em Palha Sé - Praia | 58 176 211 | 58 176 211 |
| | 96 600 178 | 96 600 178 |
| Total | 560 901 047 | 548 648 750 |
| Amortizações Acumuladas | -52 895 281 | -43 649 029 |
| Valor Líquido | 508 005 766 | 504 999 721 |

O Edifício das Confeções Porto Grande tem associado um penhor de cerca de 7 mil contos removíveis com uma garantia, não tendo o Conselho de Administração achado necessário a sua remoção.

No ano de 2017 registou-se na rubrica edifícios de rendimento, a aquisição de um edifício na Ribeira Grande em Santo Antão, em acerto de contas com prémios em atraso da Spencer Construções, no montante de 9.179 contos.

Registou-se ainda, obras de beneficiação nos Escritórios da Achada Santo António e da Praia no montante de 3.072 contos.

Desagregação dos Terrenos e Edifícios de uso próprio e de rendimento:

| Terrenos e Edifícios de uso próprio | 2017 | 2016 |
|---|--------------------|--------------------|
| Descrição | | |
| Escritório da Assomada - Stª Catarina | 10 621 005 | 10 621 005 |
| Escritório em Stª Maria - Sal | 8 421 050 | 8 421 050 |
| Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa | 7 750 000 | 7 750 000 |
| Escritório na Achada Stº António | 23 772 681 | 21 514 530 |
| Edificio do Escritório Sede Administrativa - Praia | 106 175 059 | 105 360 743 |
| Escritório nos Espargos - Sal | 24 585 374 | 24 585 374 |
| Edificio Sede Social - Mindelo | 49 831 123 | 49 831 123 |
| Terreno Sede Administrativa - Praia | 9 046 720 | 9 046 720 |
| Terreno do Escritório Espargos - Sal | 8 000 000 | 8 000 000 |
| Terreno Sede Social - Mindelo | 18 830 000 | 18 830 000 |
| Terreno do Porto Novo - Stº Antão | 1 189 428 | 1 189 428 |
| Valor Bruto | 268 222 440 | 265 149 973 |
| Amortizações Acumuladas | -52 895 281 | -43 649 029 |
| Valor Líquido | 215 327 159 | 221 500 944 |

| Terrenos e Edifícios de Rendimento | 2017 | 2016 |
|---|--------------------|--------------------|
| Descrição | | |
| Armazém na Achada Grande Frente | 60 000 000 | 60 000 000 |
| Edifício de Confecções Porto Grande | 80 000 000 | 80 000 000 |
| Edifício de Ex-Edilter | 14 659 728 | 14 659 728 |
| Apartamento em Monte Sossego | 6 693 000 | 6 693 000 |
| Pardieiro comprado ao Sr. Furtado | 10 000 000 | 10 000 000 |
| Edifício da Farmácia Africana | 23 000 000 | 23 000 000 |
| Armazém da Ex-COMAT | 25 977 823 | 25 977 823 |
| Apartamento em Terra Branca | 3 634 196 | 3 634 196 |
| Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão | 9 179 830 | - |
| Terreno nos Espargos - Sal | 587 719 | 587 719 |
| Terreno na Boavista | 770 100 | 770 100 |
| Terreno em Palha Sé - Praia | 58 176 211 | 58 176 211 |
| Total | 292 678 607 | 283 498 777 |

10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

Esta rúbrica decompõe-se como se segue:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Imobilizado tangível | | |
| Valor bruto | 203 771 399 | 187 592 483 |
| Depreciação acumulada | -161 329 418 | -151 021 431 |
| | 42 441 981 | 36 573 068 |
| Imobilizado intangível | | |
| Valor bruto | 16 137 343 | 16 137 343 |
| Amortização acumulada | -16 137 343 | -16 137 343 |
| | 0 | 0 |
| Inventários | 391 354 | 391 354 |

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2017 foram os seguintes:

| Activos fixos tangíveis | 2016 | ADIÇÕES | ALIENAÇÕES/ ABATES/ ANULAÇÕES | 2017 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------------|--------------------|
| Equipamento Administrativo | 46 154 908 | 983 181 | | 47 138 089 |
| Máquinas e Ferramentas | 7 251 271 | - | | 7 251 271 |
| Equipamento Informático | 56 341 467 | 1 476 133 | | 57 817 600 |
| Instalações Interiores | 4 018 464 | - | | 4 018 464 |
| Material de Transporte | 68 631 754 | 963 441 | | 69 595 195 |
| Outro Equipamento | 3 603 450 | 52 787 | | 3 656 237 |
| Património Artístico | 1 591 170 | - | | 1 591 170 |
| | 187 592 484 | 3 475 542 | | 191 068 026 |
| Depreciações Acumuladas | | | | |
| Equipamento Administrativo | 39 761 692 | 1 586 846 | | 41 348 538 |
| Máquinas e Ferramentas | 6 506 296 | 124 162 | | 6 630 458 |
| Equipamento Informático | 53 927 327 | 1 977 072 | | 55 904 399 |
| Instalações Interiores | 3 396 757 | 277 712 | | 3 674 469 |
| Material de Transporte | 44 179 649 | 5 834 401 | | 50 014 050 |
| Património Artístico | 1 583 169 | 8 000 | | 1 591 169 |
| Outro Equipamento | 1 666 541 | 499 794 | | 2 166 335 |
| | 151 021 431 | 10 307 987 | | 161 329 418 |
| Activos em curso | 2016 | ADIÇÕES | ALIENAÇÕES/ ABATES | 2017 |
| Imobilizações Corpóreas | 2 450 471 | 979 153 | | 3 429 624 |
| Edifícios | 476 758 | | | - |
| Investimentos Financeiros: | | | | - |
| Projecto Leasing | 8 913 750 | 360 000 | | 9 273 750 |
| BCN | 126 169 924 | | | - |
| CECV | 77 280 200 | | | - |
| | 215 291 103 | 1 339 153 | | 12 703 374 |
| Total | 251 862 156 | (5 493 292) | | 42 441 982 |

As aquisições do ano nos activos fixos tangíveis respeitam essencialmente:

- Equipamentos administrativos, aquisição de mobiliários e estantes para o arquivo morto;
- Equipamentos informáticos, aquisição de computadores para substituição de alguns postos antigos por novos;
- Transporte, integração na frota da Viatura da Directora de Marketing;

- Outros, reforço do sistema de videovigilância nos Escritórios.

Quanto aos activos em curso:

- Nas imobilizações corpóreas, mantêm-se os adiantamentos referente aquisição de equipamentos para implementação da gestão documental;

No que tange ao projecto de Leasing, dada a aquisição do BCN, a estratégia alterou-se no sentido de implementação desta vertente de negócio dentro das actividades do Banco.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados

11 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a IMPAR é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

| INVESTIMENTOS | 2017 | % | 2016 | % |
|---|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida | | | | |
| Obrigações Tesouro | 105 029 667 | 47% | 44 610 000 | 22% |
| Depósitos a Prazo | 50 000 000 | 22% | 100 000 000 | 49% |
| Terrenos | 58 176 211 | 26% | 58 176 211 | 29% |
| Edifícios | 9 179 830 | 4% | 0 | 0% |
| | 222 385 708 | 9% | 202 786 211 | 14% |
| Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Não Vida | | | | |
| Obrigações Tesouro | 50 000 000 | 2% | 50 000 000 | 6% |
| Terrenos | 18 236 148 | 1% | 18 236 148 | 2% |
| Edifícios | 308 596 916 | 14% | 238 252 702 | 28% |
| Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações | 1 771 491 123 | 82% | 546 503 614 | 64% |
| | 2 148 324 187 | 85% | 852 992 464 | 58% |
| Investimentos não afectos | | | | |
| Terrenos | 20 187 819 | 12% | 20 187 819 | 5% |
| Edifícios | 146 524 123 | 88% | 213 795 870 | 52% |
| Depósitos a Prazo | - | 0% | 180 000 000 | 43% |
| Obrigações Tesouro | 15 000 000 | 9% | 15 000 000 | 4% |
| Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações | 22 047 000 | 13% | 22 047 000 | 5% |
| Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (-) | (37 047 000) | -22% | (37 047 000) | -9% |
| | 166 711 942 | 7% | 413 983 689 | 28% |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 2 537 421 837 | 100% | 1 469 762 364 | 100% |

12 – Activos Intangíveis

Encontram-se registados nesta rúbrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 Dezembro de 2017 está rubrica encontra-se totalmente amortizado, no montante de 16.137 Contos.

13 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Contas a receber” tinha a seguinte composição:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Activo Bruto | | |
| Tomadores de seguros | 6 668 281 | 12 471 991 |
| Recibos por cobrar | 219 937 910 | 189 331 189 |
| Reembolsos de sinsitros | 1 004 522 | 902 672 |
| Resseguro | 6 906 746 | 17 573 554 |
| Outros | 5 919 516 | 21 304 305 |
| | 240 436 975 | 241 583 711 |
| Ajustamentos | | |
| Recibos por cobrar | (147 475 085) | (156 060 550) |
| Créditos de cobrança duvidosa | (5 341 574) | (11 614 381) |
| | (152 816 659) | (167 674 931) |
| Activo Líquido | 87 620 316 | 73 908 780 |

Verificou-se uma diminuição do saldo dos ajustamentos (Para Prémios em cobrança e créditos de cobrança duvidosa) no montante de 14.858 contos. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir integralmente todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

Diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente: a especialização dos rendimentos (juros) relativos a depósitos bancários e obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa com subsídio de férias a pagar aos trabalhadores.

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Acréscimos de proveitos | | |
| Juros a receber | 2 581 850 | 11 816 736 |
| | 2 581 850 | 11 816 736 |
| Acréscimos de custos | | |
| Remunerações a liquidar | 6 754 197 | 6 326 106 |
| Outro acréscimos de custos | - | 2 270 847 |
| | 6 754 197 | 8 596 953 |
| Outras Provisões | 16 699 959 | 16 699 959 |

Provisões

A IMPAR tem constituído provisões no montante de 16.699 contos decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos
Tip de Resseguro

| | |
|------------------------------|------------------------|
| Vida | Quota parte |
| Acidentes de trabalho | Excesso de perdas (XL) |
| Acidentes pessoais e doença | SURPLUS |
| Incêndio e outros danos | SURPLUS |
| Riscos catastróficos | Excesso de perdas (XL) |
| Marítimo Casco | Quota parte / SURPLUS |
| Mercadorias transportadas | Quota parte / SURPLUS |
| Automóvel | Excesso de perdas (XL) |
| Aviação | Facultativo |
| Responsabilidade civil geral | Quota parte |
| Crédito e caução | Não temos |

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos", apresentava os seguintes saldos:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Retenção de imposto na fonte | 1 765 551 | 1 854 237 |
| Imposto Sobre Rendimento | 50 881 091 | 28 147 265 |
| Imposto de selo | 12 139 895 | 8 643 367 |
| Taxas para a Autoridade de Controlo | 3 971 151 | 3 875 513 |
| Contribuições para a segurança social | 3 138 263 | 2 592 833 |
| | 71 895 951 | 45 113 215 |

Os saldos acima correspondem, ao processamento das retenções efectuadas no último mês do exercício, em particular, no processamento de remunerações do pessoal e dos honorários e contribuições da Companhia para a Previdência Social e para entrega ao Estado, bem como imposto selo sobre apólices.

Em 31 de Dezembro de 2017 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de 64.715 contos, sendo que o valor em dívida, comprehende o líquido das entregas por conta e das retenções efetuadas por terceiros.

Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” incluía basicamente:

| | 2017 | 2016 |
|--|-------------|-------------|
| Contas a pagar por operações de seguro directo | 11 538 816 | 9 481 245 |
| Resseguradores | 86 459 336 | 59 397 539 |
| Contas a pagar por outras operações | 560 319 124 | 42 447 965 |
| Estado | 71 895 951 | 45 113 215 |
| | 730 213 227 | 156 439 964 |

Há que referir que das contas a pagar por outras operações constam os valores a pagar ao BANIF e à SEPI nos montantes de mECV 250.804 e 182.535 respectivamente, no âmbito da aquisição da posição de controlo no BCN.

14 – Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios emitidos do seguro directo nos períodos de 2017 e de 2016 tiveram a seguinte decomposição:

| Ramo / Grupo Ramos | Prémios brutos emitidos | | | | Variação PPNA | | Prémios adquiridos | | | |
|-------------------------------|-------------------------|------------|--------------------|------------|-------------------|-------------------|--------------------|------------|--------------------|------------|
| | 2017 | % | 2016 | % | 2017 | 2016 | 2017 | % | 2016 | % |
| Vida | 67 435 394 | 7% | 75 685 591 | 8% | 0 | 0 | 67 435 394 | 7% | 75 685 591 | 8% |
| Total I | 67 435 394 | 7% | 75 685 591 | 8% | 0 | 0 | 67 435 394 | 7% | 75 685 591 | 8% |
| Não Vida | | | | | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 106 246 548 | 10% | 100 416 893 | 11% | 3 514 302 | 686 906 | 102 732 246 | 10% | 99 729 987 | 10% |
| Acidentes pessoais e doença | 78 705 896 | 8% | 69 706 639 | 7% | 3 703 394 | 334 433 | 75 002 502 | 8% | 69 372 206 | 7% |
| Incêndio e outros danos | 186 112 944 | 18% | 150 403 771 | 16% | -3 512 719 | -13 278 036 | 189 625 663 | 19% | 163 681 807 | 17% |
| Automóvel | 346 527 451 | 34% | 326 241 177 | 34% | 5 681 006 | 16 772 180 | 340 846 445 | 34% | 309 468 997 | 32% |
| Marítimo, aéreo e transportes | 167 488 565 | 17% | 170 062 328 | 18% | 28 121 | 856 979 | 167 460 444 | 17% | 169 205 349 | 18% |
| Responsabilidade civil geral | 40 305 851 | 4% | 48 318 487 | 5% | 997 271 | -3 484 446 | 39 308 580 | 4% | 51 802 933 | 5% |
| Crédito e caução | 20 564 993 | 2% | 10 124 450 | 1% | 7 211 815 | -3 319 309 | 13 353 178 | 1% | 13 443 759 | 1% |
| Total II | 945 952 248 | 93% | 875 273 745 | 92% | 17 623 190 | -1 431 293 | 928 329 058 | 93% | 876 705 038 | 92% |
| Total I + II | 1 013 387 642 | 1 | 950 959 336 | 1 | 17 623 190 | -1 431 293 | 995 764 452 | 1 | 952 390 629 | 1 |

Os prémios de resseguro cedido como seguem:

| Ramo / Grupo Ramos | Prémios brutos emitidos | | | | Variação PPNA | | Prémios adquiridos | | | |
|-------------------------------|-------------------------|------------|----------------------|------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------|----------------------|------------|
| | 2017 | % | 2016 | % | 2017 | 2016 | 2017 | % | 2016 | % |
| Vida | 31 489 588 | 8% | 26 692 153 | 7% | 0,00 | 0,00 | 31 489 588 | 8% | 26 692 153 | 6% |
| Total I | 31 489 588,00 | 8% | 26 692 153,00 | 7% | 0,00 | 0,00 | 31 489 588,00 | 8% | 26 692 153,00 | 6% |
| Acidentes de trabalho | 3 225 250 | 1% | 3 225 252 | 1% | 0 | 0 | 3 225 250 | 1% | 3 225 252 | 1% |
| Acidentes pessoais e doença | 55 918 807 | 14% | 35 597 161 | 10% | -2 984 743 | 242 456 | 52 934 064 | 14% | 35 839 617 | 9% |
| Incêndio e outros danos | 124 676 413 | 32% | 144 700 614 | 39% | 1 914 387 | 14 364 135 | 126 590 800 | 33% | 159 064 749 | 41% |
| Automóvel | 36 542 932 | 9% | 14 833 961 | 4% | 0 | 0 | 36 542 932 | 10% | 14 833 961 | 4% |
| Marítimo, aéreo e transportes | 127 083 242 | 33% | 129 788 133 | 35% | -1 619 412 | -627 726 | 125 463 830 | 33% | 129 160 407 | 33% |
| Responsabilidade civil geral | 34 692 581 | 9% | 41 879 795 | 11% | -1 480 087 | 3 247 908 | 33 212 494 | 9% | 45 127 703 | 12% |
| Crédito e caução | 3 568 650 | 1% | 3 142 740 | 1% | 0 | 0 | 3 568 650 | 1% | 3 142 740 | 1% |
| Total II | 385 707 875 | 92% | 373 167 656 | 93% | -4 169 855 | 17 226 773 | 381 538 020 | 92% | 390 394 429 | 94% |
| Total I + II | 417 197 463 | 1 | 399 859 809 | 1 | -4 169 855 | 17 226 773 | 413 027 608 | 1 | 417 086 582 | 1 |

15 – Comissões Recebidas de Contratos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Ramo / Grupo Ramos | 2017 | 2016 |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| | | |
| Vida | 10 078 775,00 | 11 031 707,00 |
| Total I | 10 078 775,00 | 11 031 707,00 |
| Acidentes de trabalho | 0 | 0 |
| Acidentes pessoais e doença | 11 464 692 | 9 434 459 |
| Incêndio e outros danos | 23 638 711 | 23 437 505 |
| Automóvel | 220 062 | 0 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 15 642 050 | 10 313 039 |
| Responsabilidade civil geral | 8 483 687 | 7 470 195 |
| Crédito e caução | 356 865 | 314 274 |
| Total II | 59 806 067 | 50 969 472 |
| Total I + II | 69 884 842,00 | 62 001 179,00 |

16 – Rendimentos / Réditos de Investimentos

| | 2017 | 2016 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida | | |
| Obrigações - Outros emissores | 9 222 942 | 5 361 098 |
| Outros Depósitos | 4 111 004 | 5 255 565 |
| | <hr/> 13 333 946 | <hr/> 10 616 663 |
| De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida | | |
| Seguro de Acidentes de Trabalho | | |
| De rendimento - Edifícios | - | 596 881 |
| Obrigações | 3 000 000 | - |
| Acções | - | 3 905 435 |
| Outros Depósitos | - | 1 880 276 |
| | <hr/> 3 000 000 | <hr/> 6 382 592 |
| Seguro Automóvel | | |
| De rendimento - Edifícios | 160 000 | 1 342 984 |
| Acções | 11 207 460 | 8 787 229 |
| Outros Depósitos | - | 4 230 620 |
| | <hr/> 11 367 460 | <hr/> 14 360 832 |
| Outros Seguros | | |
| De rendimento - Edifícios | 3 315 703 | 1 044 543 |
| Acções | 2 113 242 | 6 834 512 |
| Outros Depósitos | - | 3 290 482 |
| | <hr/> 5 428 945 | <hr/> 11 169 537 |
| Total | 33 130 351 | 42 529 624 |

Em 2017 a Companhia tem registado rendimentos de juros de obrigações de depósitos a prazo no valor de 16.333 contos que representam 49% do total dos rendimentos obtidos de investimentos, onde 13.333 se encontram afectos as provisões técnicas do ramo Vida e 3.000 contos ao Não Vida.

Em 2017 a IMPAR recebeu 13 320 contos de dividendos das participações na Caixa Económica de Cabo Verde, SITA, CV Telecom e Enacol.

Durante o exercício 2017 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de 3.475 contos.

21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, é a seguinte:

| 2017 | Custos com Sinistros | | Custos Aquisição | | Custos Administrativos | | Custos Investimentos | | Total | |
|-----------------------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|------------------------|----------|----------------------|----------|-----------------------|----------|
| | valor | % | valor | % | valor | % | valor | % | valor | % |
| Custos com o pessoal | 10 586 099,00 | 69% | 55 576 888,00 | 60% | 66 162 919,00 | 68% | 0,00 | 0% | 132 325 906,00 | 62% |
| Fornecimentos e serviços externos | 3 894 461,00 | 25% | 20 445 806,00 | 22% | 24 340 182,00 | 25% | 0,00 | 0% | 48 680 449,00 | 23% |
| Impostos | 0,00 | 0% | 11 847 808,00 | 13% | 1 637 634,00 | 2% | 0,00 | 0% | 13 485 442,00 | 6% |
| Amortizações | 824 644,00 | 5% | 4 329 352,00 | 5% | 5 153 991,00 | 5% | 9 246 252,00 | 100% | 19 554 239,00 | 9% |
| | 15 305 204,00 | 1 | 92 199 854,00 | 1 | 97 294 726,00 | 1 | 9 246 252,00 | 1 | 214 046 036,00 | 1 |

| 2016 | Custos com Sinistros | | Custos Aquisição | | Custos Administrativos | | Custos Investimentos | | Total | |
|-----------------------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|------------------------|----------|----------------------|----------|-----------------------|----------|
| | valor | % | valor | % | valor | % | valor | % | valor | % |
| Custos com o pessoal | 9 496 745,00 | 64% | 49 857 793,00 | 56% | 59 354 472,00 | 64% | 0,00 | 0% | 118 709 010,00 | 56% |
| Fornecimentos e serviços externos | 4 290 372,00 | 29% | 22 524 295,00 | 25% | 26 814 582,00 | 29% | 0,00 | 0% | 53 629 249,00 | 25% |
| Impostos | 0,00 | 0% | 11 069 664,00 | 13% | 5 004 523,00 | 5% | 0,00 | 0% | 16 074 187,00 | 8% |
| Amortizações | 954 157,00 | 6% | 5 009 331,00 | 6% | 5 963 495,00 | 6% | 14 552 189,00 | 100% | 26 479 172,00 | 13% |
| Provisões para riscos e encargos | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | -3 666 012,00 | -4% | 0,00 | 0% | -3 666 012,00 | -2% |
| Outros custos | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% |
| | 14 741 274,00 | 1 | 88 461 083,00 | 1 | 93 471 060,00 | 1 | 14 552 189,00 | 1 | 211 225 606,00 | 1 |

A rúbrica Fornecimento e serviços externos é analisada como segue:

| Fornecimentos e Serviços Externos | 2017 | % | 2016 | % | Variação | |
|--|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|---------------|
| | | | | | ABS | % |
| Fornecimento e Serviços | | | | | | |
| Electricidade | 5 268 607 | 10,82% | 5 092 473 | 9,50% | 176 134 | 3,46% |
| Combustíveis | 1 495 173 | 3,07% | 1 254 594 | 2,34% | 240 579 | 19,18% |
| Água | 334 961 | 0,69% | 312 094 | 0,58% | 22 867 | 7,33% |
| Impressos | 569 169 | 1,17% | 1 262 471 | 2,35% | -693 302 | -54,92% |
| Material de Escritório | 2 717 300 | 5,58% | 3 124 289 | 5,83% | -406 989 | -13,03% |
| Livros e documentação técnica | 0 | 0,00% | 2 000 | 0,00% | -2 000 | -100,00% |
| Artigos para oferta | 22 568 | 0,05% | 223 930 | 0,42% | -201 362 | -89,92% |
| Rendas e Alugueres | 1 827 000 | 3,75% | 2 167 000 | 4,04% | -340 000 | -15,69% |
| Despesas de Representação | 293 385 | 0,60% | 252 490 | 0,47% | 40 895 | 16,20% |
| Comunicação | 5 336 888 | 10,96% | 5 166 109 | 9,63% | 170 779 | 3,31% |
| Seguros | 652 978 | 1,34% | 696 149 | 1,30% | -43 171 | -6,20% |
| Deslocações e Estadas | 2 342 225 | 4,81% | 3 984 404 | 7,43% | -1 642 179 | -41,22% |
| Honorários | 3 664 783 | 7,53% | 3 551 247 | 6,62% | 113 536 | 3,20% |
| Conservação e Reparação | 4 370 289 | 8,98% | 4 303 263 | 8,02% | 67 026 | 1,56% |
| Publicidade e Propaganda | 8 200 592 | 16,85% | 9 545 509 | 17,80% | -1 344 917 | -14,09% |
| Vigilância e Segurança | 4 932 834 | 10,13% | 4 929 413 | 9,19% | 3 421 | 0,07% |
| Trabalhos Especializados | 1 286 885 | 2,64% | 2 389 435 | 4,46% | -1 102 550 | -46,14% |
| Outros Fornecimentos e Serviços Externos | 5 364 812 | 11,02% | 5 372 379 | 10,02% | -7 567 | -0,14% |
| | 48 680 449 | 100,00% | 53 629 249 | 100,00% | -4 948 800 | -9,23% |

Verificou-se uma redução de 9% nesta rúbrica, traduzidos em 4.948 contos, mantendo a companhia o foco na contenção dos custos.

22 - Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

| Custos com o Pessoal | 2017 | 2016 | Variação | |
|--|--------------------|--------------------|-------------------|------------|
| | | | ABS | % |
| Remunerações - orgãos sociais | 18 285 451 | 13 719 210 | 4 566 241 | 33% |
| Remunerações - pessoal | 87 134 979 | 81 376 737 | 5 758 242 | 7% |
| Encargos sobre remunerações - orgãos sociais | 1 380 571 | 985 260 | 395 311 | 40% |
| Encargos sobre remunerações - pessoal | 12 401 055 | 12 551 992 | (150 937) | -1% |
| Seguros obrigatórios | 7 935 623 | 7 360 830 | 574 793 | 8% |
| Custos de acção social | 3 934 452 | 839 924 | 3 094 528 | 368% |
| Formação | 978 876 | 1 506 757 | (527 881) | -35% |
| Outros | 274 900 | 368 300 | (93 400) | -25% |
| | 132 325 907 | 118 709 010 | 13 616 897 | 11% |

O aumento relevante nos custos de Ação Social diz respeito essencialmente as galas de comemoração dos 25 anos da Companhia.

O número de empregados da Companhia no exercício de 2017 manteve-se nos 71, como se demonstra:

| Alocação dos Trabalhadores | 2017 | 2016 | Variação | |
|----------------------------|-----------|-----------|----------|---|
| | | | ABS | % |
| Direcção | 8 | 7 | | |
| Quadros técnicos | 23 | 24 | | |
| Quadros administrativos | 34 | 34 | | |
| Outros | 6 | 6 | | |
| | 71 | 71 | | |

23 – Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

24 - Imposto Sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 25% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------------|---------------------|
| Resultado antes de imposto | 253 784 691 | 187 948 949 |
| Taxa de imposto | 25,5% | 25,5% |
| Imposto apurado com base na taxa oficial | (64 715 096) | (47 926 982) |
| Estimativa de imposto do exercício | (64 715 096) | (47 926 982) |

25 – Capital

O capital social da IMPAR, no valor de mECV 400 000, encontra-se integralmente realizado.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

No exercício 2016, do resultado líquido do exercício 2015 de mECV 138.530, o montante de 38.530 foi alocado em 2016, às reservas livres da Companhia.

Do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, de mECV 140.021, o montante de 40.021 foi alocado, em 2017, às reservas livres da Companhia.

26 – Outras Reservas

Os saldos das Reservas em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, eram os seguintes:

| | 2017 | 2016 |
|----------------------|--------------------|--------------------|
| Reservas | | |
| . Reserva Legal | 80 000 000 | 80 000 000 |
| . Prémios de Emissão | 7 513 000 | 7 513 000 |
| . Reservas Livres | 296 670 268 | 256 648 301 |
| | 384 183 268 | 344 161 301 |

Reservas de Reavaliação

Por Ajustamentos no Justo Valor:

| | | |
|---|--------------------|--------------------|
| . De Activos Financeiros Disponíveis para Venda | -8 534 148 | 165 533 904 |
| . De Revalorização de Terrenos e Edifícios | 27 297 138 | 27 297 138 |
| . De Investimentos em Subsidiárias | 612 577 669 | 0 |
| | 631 340 659 | 192 831 042 |

As reservas de reavaliação registadas nos Activos Disponíveis para Venda, dizem respeito essencialmente ao acumulado dos registos das flutuações das nossas participações na CVTelecom, ENACOL e SITA, estando negativa devido ao impacto da desvalorização das Acções da SITA comparativamente ao valor da aquisição.

Nos Investimentos em Subsidiárias, correspondente aos investimentos no BCN, 51,7%, e na SEPI, 81,5%, geraram flutuações de valores de 359.511 e 253.066 mECV, respectivamente.

27 – Resultados por Acção

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o apuramento dos resultados por acção básicos é apresentado como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Resultado Líquido do Exercício | 189 069 595 | 140 021 967 |
| Nº Acções | 400 000 | 400 000 |
| Resultado por Acção | 472,67 | 350,05 |

28 – Dividendos por Acção

Os dividendos distribuídos em 2017 e 2016, relativos aos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente, tiveram a seguinte composição:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Resultado Líquido atribuído | 100 000 000 | 100 000 000 |
| Nº Acções | 400 000 | 400 000 |
| Dividendos por Acção | 250,00 | 250,00 |

29 - Transacções entre Partes Relacionadas

São consideradas Entidades relacionadas da Companhia os Accionistas relevantes e os Órgãos de Gestão

As transacções entre partes relacionadas, para o exercício de 2017 encontram-se representadas no seguinte quadro:

| Designação Contas | SCVL | OLIGEST | Luis Vasconcelos | JVC | ING | Aliança | Labesfal Farma | 2017 |
|--|-------------------|------------------|------------------|------------|------------|-----------|----------------|----------------|
| Contas Ativo | | | | | | | | |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | | | | | | | | |
| Contas a receber por operações de seguro directo | 2 520 787 | | 141 881 | | | | | 136 955 |
| Contas a receber por outras operações | 8 420 643 | 2 078 400 | 1 033 985 | | | | | 541 051 |
| | <u>10 941 430</u> | <u>2 078 400</u> | <u>1 175 866</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>136 955</u> |
| Contas Passivo | | | | | | | | |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | | | | | | | | |
| Contas a pagar por operações de seguro directo | 2 520 787 | | 141 881 | | | | | 82 925 |
| Contas a pagar por outras operações | 20 000 000 | 10 622 750 | 7 191 250 | 10 000 000 | 20 000 000 | 7 000 000 | 10 000 000 | 541 051 |
| | <u>-</u> | <u>100 456</u> | <u>17 174</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>327 976</u> |
| Proveitos | | | | | | | | |
| Rendimentos | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 327 976 |
| Custos | | | | | | | | |
| | <u>-</u> | <u>100 456</u> | <u>17 174</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

A título de remunerações, prémios de incentivo e outros benefícios atribuídos aos Órgãos Sociais, a Companhia reconheceu como custo do exercício os montantes de mECV 18 285 (2016: mECV 13 719).

30 – Demonstração de fluxos de caixa

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios 2017 e 2016 encontra-se apresentada em separado, na página seis deste relatório.

31 - Compromissos

No âmbito da nova estratégia de Bancassurance, ficaram por liquidar uma última prestação ao BANIF de 250 mil contos e de 182 mil contos aos Accionistas da SEPI, estando as verbas devidamente aprovacionadas.

Relativamente ao remanescente do mECV 250.000 a ser pago ao BANIF em Março de 2018, a CECV prestou-nos uma garantia bancária, a taxa de 2,25%, destinada a caucionar o pagamento da terceira e última prestação do contrato de compra e venda das acções representativas de 51,7% do Capital Social do BCN.

36 - Eventos subsequentes

Não se conhecem à data da elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

37 – Outras Informações

Novas normas e alteração de políticas

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2017

- Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas - Alterações à IAS 12 (Regulamento 2017/1989, de 6 de novembro de 2017)
 - Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.
- Iniciativa de Divulgação - Alterações à IAS 7 (Regulamento 2017/1990, de 6 de novembro de 2017)
 - Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.
- Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro de 2018)
 - Estes melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais uma é aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017:
 1. IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2018

- **IFRS 15: Réido de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
 - Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o réido quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
 - A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)**
 - A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 - Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 - Locações Operacionais - Incentivos; e SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- **Réido de Contratos com clientes - Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)**
 - Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros - Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)**
 - Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro de 2018)**
 - Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:
 1. IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
 2. IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

- **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**
 - Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- **Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações - Alterações à IFRS 2**
 - Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspectos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspectos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Adoção da IFRIC 22: *Foreign Currency Transactions and Advance Considerations***
 - A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Transferências de Propriedades de Investimento - Alterações à IAS 40**
 - As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**
 - Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.
- **Adoção da IFRIC 23: *Uncertainty over Income Tax Treatments***
 - Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **IFRS 17: Contratos de Seguros**
 - A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro

de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa**
 - Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos**
 - Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

 - **IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos**
 - **IAS 12 Impostos sobre o rendimento**
 - **IAS 23 Custos de empréstimos obtidos**

Estas emendas serão aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Alterações à IAS 19: Alteração, corte ou liquidação do plano**
 - Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a remensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Não é ainda conhecido o impacto da introdução destas normas.



PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2017 à 31/12/2017, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

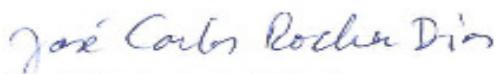
Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Praia, 12 de Março de 2018



- / José Carlos Rocha Dias / -
- Atuário -



RELATÓRIO DE AUDITORIA



Tel: +238 261 32 08
Fax: +238 261 32 09
www.bdo.cv

Avenida Andrade Corvo, 30 - r/c
CP 63 Praia
Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Demonstrações Financeiras da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SA (adiante designada por IMPAR ou Companhia), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um activo líquido de 3 447 277 contos e um capital próprio de 1 604 593 contos, incluindo um resultado líquido positivo de 189 070 contos), a Conta de Ganhos e Perdas, o Mapa das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA - International Ethics Standards Board for Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião sem reservas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras, a situação patrimonial da IMPAR em 31 de Dezembro de 2017 e os Ganhos e perdas do exercício findo naquela data foram fortemente influenciadas por situações excepcionais e não recorrentes: (i) a alienação em 2017 da participação na Caixa Económica de Cabo Verde, da qual resultou uma mais-valia de cerca de 271 000 contos; (ii) a recusa de assunção de responsabilidade de um sinistro de grande relevância por parte de um ressegurador e consequente anulação da Provisão do Resseguro Cedido no valor de cerca de 125 000 contos que se traduziu numa Perda do exercício; e (iii) o reconhecimento no Balanço da IMPAR, pelo seu justo valor, da participação adquirida em 2017 no Banco Caboverdiano de Negócios, que originou uma Flutuação de Valores positiva de cerca de 612 000 contos. A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

BDO - Auditória, Impostos e Consultoria, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. Andrade Corvo, 30 - r/c, CP 63 Praia - Cabo Verde, Registada na Conservatória do Registo Comercial da Praia sob número 631, NIF 200 104 309, Cap. 6.250.000 CVE.

A BDO - Auditória, Impostos e Consultoria, Lda., sociedade por quotas registada em Cabo Verde, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

| Riscos de distorção material mais significativos | Síntese da resposta do auditor a esses riscos |
|--|--|
| 1. Mensuração dos Investimentos | <p>Os investimentos da Companhia apresentadas nas notas 9 e 11 representam o valor mais significativo do balanço, 2 537 422 contos. A carteira de investimentos da IMPAR é diversificada, tendo presente o peso da participação no BCN, de cerca de 1 200 000 contos. A avaliação de investimentos financeiros baseia-se numa gama de inputs, obtidos a partir de preços de mercado e informação financeira disponível. Quando os dados de mercado observáveis não estão disponíveis, as estimativas são efetuadas com base nos dados de fonte mais apropriados e estão sujeitas a julgamento. Os investimentos constituem assim uma área significativa de auditoria.</p> |
| 2. Contas correntes de Resseguro | <p>Como parte da mitigação do risco da Companhia, a IMPAR contrata colocações de resseguro: (i) de quota parte; (ii) não proporcional; e (iii) excesso de perdas, sendo julgada a avaliação de se o risco de seguro foi transferido para o ressegurador para que um ativo possa ser reconhecido. O valor do ativo de resseguro a ser reconhecido é complexo, pois está inherentemente vinculado a estimativas. O cálculo dos valores a receber ou pagar é, portanto, impactado pelos julgamentos e estimativas feitas como parte do processo de reserva de sinistros. O risco de incumprimento por um ressegurador é um risco inherentemente significativo. Se algum ressegurador deixa de pagar à Companhia ou deixar de pagar em tempo oportuno, a IMPAR poderá sofrer perdas significativas ou dificuldades de liquidez. Embora a Companhia distribua a sua cobertura de resseguro através de um painel de diferentes resseguradores, a IMPAR assume o risco de crédito de cada contraparte. A avaliação do ativo de resseguro no balanço requer um julgamento significativo para refletir a exposição ao risco de crédito, constituindo uma área significativa de auditoria.</p> |

3. Metodologia e pressupostos utilizados na fixação das reservas de seguros

| | |
|--|--|
| As reservas de seguros incluem os passivos técnicos da Companhia relativos à actividade operacional de seguro directo da IMPAR, no montante de 1 061 957 contos, conforme detalhado na nota 4. A determinação do valor das reservas de seguros requer um julgamento significativo na seleção dos principais pressupostos e metodologias. A Administração exerce um julgamento significativo em relação às tendências de frequência e gravidade dos sinistros com danos corporais, bem como para pedidos significativos, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes às provisões constituídas é uma área significativa de auditoria. | Abordagem substantiva, que inclui: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do Órgão de Gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos encargos futuros esperados com os processos de sínistro pendentes; (iv) análise das respostas ao pedido de informações (circularização) efetuado e indagações junto do gabinete jurídico da IMPAR; e (v) análise do relatório do Actuário Responsável. |
|--|--|

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Companhia.

Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Companhia em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Companhia descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua



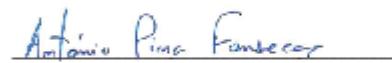
divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Praia, 14 de março de 2018



António Pina Fonseca, em representação de
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1 - Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e ilhamos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2 - No decurso do exercício acompanhámos, com periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que considerámos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 - No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 - Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, SA, que não inclui reservas e inclui uma ênfase, relativo a "situações excepcionais e não recorrentes" somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

S. Vicente, 15 de Março de 2018

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva